



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4/2020

Sessão ordinária de 14 de dezembro de 2020

ACTA N.º 4/2020

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, pelas quinze horas, na Centro de Negócios – Pavilhão Multiusos - Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes e secretariada por Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Ana Leonor dos Santos, Cristiano Gaspar, Adelino Pereira, Jean Barroca que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Juvenal Castanheira, Fátima Padez, Leonor Lopes e Aires Proença. Faltou também o Senhor Presidente da Mesa Vítor Martins por motivos de saúde e ainda os membros Abel Rodrigues, Paulo Alexandre Nobre, Pedro Mesquita e Jorge Martins. Os Presidentes da Junta de Enxames e Três Povos foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou a Senhora Vereador Joana Bento.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

ORDEM DE TRABALHOS

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

- Aprovação da **ata nº3** (30-09-2020)
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);**
2. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2021” nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
3. **Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2021”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**
4. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão para o ano 2020” nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
5. **Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento para o ano de 2020 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**
6. **Apreciação e votação da Proposta – “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2021” nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**
7. **Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal – Sociedade Jenner Renewables, SL” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
8. **Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal – José Francisco Ascensão & Filhos, Lda.” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**
9. **Apreciação e votação da Proposta – “Início do procedimento regulamentar do Projeto Cidade Sem Idade – CSI Fundão”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**

Para Conhecimento

10. Apreciação da Proposta – “Atribuição de apoio financeiro – Santa Casa da Misericórdia do Fundão”;

11. Apreciação da Proposta - Ratificação de Despacho – isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excecionalmente no âmbito da pandemia da doença COVID-19;

Período de intervenção do Público – nº 2 do artigo 20º e Artigo 21º do Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal em Exercício - Cumprimentou todos os presentes e deu início à assembleia, com a aprovação da ata, que não foi alvo de qualquer observação, tendo sido aprovada por maioria com 2 abstenções. Lembrou que na reunião da comissão permanente se decidira reduzir em 50% o tempo das intervenções estipuladas no Regimento, recordando que no PAOD o grupo parlamentar do PSD tem 16 minutos, o grupo parlamentar do PS 7 minutos, o grupo parlamentar da CDU 2 minutos e meio, o Bloco de Esquerda disporá de minuto e meio, os independentes de 3 minutos. No período da ordem do dia, o PSD terá 30 minutos, o PS 13 minutos a CDU 6 minutos, o Bloco de Esquerda 3 minutos e os independentes 7 minutos e meio. A estes tempos poderão aumentar-se 5 minutos, dada a complexidade da ordem de trabalhos.

Continuando, apresentou um voto de pesar de toda a assembleia municipal em memória do professor João de Matos Paiva, que se junta à presente ata como **Anexo 1**.

Quis também, em nome da mesa, supondo também que em nome de toda a assembleia, recordar com tristeza todas as vítimas da COVID-19 que, infelizmente, faleceram nos últimos meses no nosso concelho, pelo que endossa às suas famílias os nossos sinceros sentimentos. Neste momento, propôs que se fizesse 1 minuto de silêncio pelo professor João Paiva e também por todas as vítimas da COVID-19 nosso concelho, o que foi feito de imediato.

Rogério Hilário - Cumprimentou todos os presentes e apresentou um voto de louvor que se junta à presente ata como **Anexo 2**, após o que declarou que, não podia deixar passar o momento sem um agradecimento publico, já que, com a aprovação do Orçamento de Estado para 2021, a defesa de abolição das portagens na A 23 e A 25, apesar de não se ter totalmente atendida, levou à redução de 50%. Assim, este agradecimento tem que ser feito não só às pessoas individuais, sindicatos e aos empresários e especialmente ao único município, que sempre esteve na frente de combate contra as portagens, que foi a Câmara Municipal do Fundão. Deu conta que foi a única autarquia que esteve presente na reunião da assembleia cívica na Covilhã, na reunião de Belmonte e a única que deu a cara pela abolição total das portagens. Acha assim que é uma luta que ainda não está concluída, é preciso continuar a combater para o nosso território usufruir daquilo a que temos direito. Foi com mágoa que viu pessoas que têm responsabilidades como vereadores municipais, que são deputados da nação eleitos pelo círculo de Castelo Branco e não tiveram coragem de votar contra ou pura e

simplesmente se absterem, o que pode considerar-se um ataque direto àquilo que foi a deliberação da Assembleia Municipal que, por unanimidade, exigiu a abolição das portagens. Terminou desejando um bom Natal e um ótimo ano de 2021.

João Leitão – Cumprimentou todos e disse ir fazer uma declaração política, que se junta à presente ata como **Anexo 3**.

José Pina – Depois dos cumprimentos a todos aproveitou para desejar um feliz Natal e um próspero Ano Novo. De seguida disse que ia proceder à colocação de 2 ou 3 questões que gostava de ver esclarecidas. A primeira diz respeito à central de biomassa, pois gostava de saber qual o ponto de situação quanto à intervenção realizada pela central de biomassa, recordando que já está esgotado o prazo dado pela Câmara Municipal no sentido de haver intervenção que não só minimize, mas que, de uma vez por todas, ultrapasse o problema do ruído. Teme que a resposta possa estar algo comprometida já que nesse dia, pela hora do almoço, um dos moradores deu conta que nem os painéis de ruído estão colocados, nem algumas casas têm sequer as janelas com vidro duplo e os ares condicionados. Espera o esclarecimento e os eventuais relatórios intercalares, para além do que nos foi fornecido no mês de Novembro, dando conta de que teriam sido iniciados alguns procedimentos e nessa situação e nessa condição o senhor presidente da Câmara deu mais 15 dias, que terminaram no dia 12 de Dezembro, após o que seria comunicada à tutela a impossibilidade de funcionamento da central de biomassa durante o período noturno, já que continua a funcionar com o incómodo extremamente elevado, denunciado pela moradora Fernanda Gonçalves, nessa mesma madrugada. De seguida agradeceu a receção, mas pensa que será apenas a 1ª parte dos documentos, que passados muitos meses lhe foram endereçados relativamente à intervenção no quartel de Alpedrinha. Pensa que será a 1ª parte da documentação, porque não quer acreditar que a Câmara Municipal tenha feito uma obra dirigida ao funcionamento de um quartel da GNR, onde não há um único documento, uma única menção de intervenção ou ação da tutela, isto é da GNR, pelo que há ali qualquer coisa que não entende. Agradece muito que lhe tenham sido fornecidos todos os documentos, o caderno de encargos, as caixilharias, as portas, etc, mas o que quer saber é como se chega à obra. Um outro tema tem a ver com a Aquália, uma vez que já fez várias intervenções relativamente àquela empresa, havendo questões que foram respondidas, outras questões que disseram que foram respondidas mas deve ter ouvido ou percebido mal, já que continua sem saber qual o valor da taxa interna de rentabilidade do acionista, que está neste momento em vigor e também não sabe onde e que tipo de investimento foram realizados pela Aquália. Passados muitos meses, sem que esta informação lhe fosse dada, deu-se ao trabalho de procurar, eventualmente essa era uma obrigação sua, e ficou um pouco confuso, porque estavam previstos, inicialmente, eu termos de plano de investimento, 4 milhões de euros a serem realizados nos primeiros 4 anos, crescendo 8,4 milhões de euros noutros investimentos. O contrato foi assinado em 2011, conseguiu perceber no relatório da empresa as obras onde houve intervenção, mas há uma coisa que o espanta que é que, a partir de 2016, genericamente aparece que o plano de investimentos de cerca de 5 milhões de euros para todo o plano, desaparecendo os 8,4 milhões

de euros de obrigação, que não estão lá, desapareceu a referência. Em 2017 mantém-se, em 2018 é exatamente a mesma coisa e aquilo que o preocupa é que em 2019, com um investimento de 3 milhões 990 mil euros, lhe digam que estão executados 77,6% do investimento para dizer que o investimento agora ficou no 5 milhões e 300 mil euros e foram sendo somados e acordados. O plano de investimentos é de 4 milhões mais 8,4 milhões, mas verifica agora que são apenas 5 milhões 300 mil euros. Há ali qualquer coisa que não entende, de facto não é contabilista nem revisor de contas, pelo que espera um esclarecimento cabal, porque há qualquer coisa que obviamente não bate certo. Relativamente ao problema das portagens, em dezembro de 2017, esta assembleia por unanimidade, votou aqui pela abolição das portagens e se houver uma moção no sentido de se reforçar a ideia da abolição das portagens, contem com o voto do PS.

Guilherme Freches – Após os cumprimentos, em nome da CDU, quis endereçar a todos os presentes votos de boas festas e um bom ano em família, mas em segurança, com um bocado do conforto que este ano faltou. De seguida fez uma intervenção que se junta à presente ata como **Anexo 4**.

Cristina Guedes - Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que há 3 anos que o Bloco de Esquerda está nesta Assembleia Municipal e as preocupações continuam a ser muitas, umas novas e outras que se mantêm. Enalteceu o trabalho que tem sido feito pela equipa do GEAD, pois, nestes momentos que vivemos é cada vez mais importante um olhar atento e informado para a nossa população, no entanto, há muitos assuntos com que nos debatemos e continuamos a debater e a resolução aparece como uma luz ao fundo do túnel, com pouca intensidade e esperemos que não esteja a anos-luz de nós e muitos deles foram já hoje aqui referidos. Reforçou ainda a necessidade de olharmos ainda mais para o bem-estar animal e como melhorar os cuidados, pedindo que apressem a construção dos alimentadores de gatos bem como repensem a necessidade de ainda alargar um pouco mais o espaço do canil, quer o exterior quer no interior. Nestas alturas, há alguns animais que estão a ser abandonados e temos que olhar para eles como reflexo da sociedade em que vivemos já que algumas vezes só olhamos para o nosso umbigo e maltratamos quem não tem culpa nenhuma disso. Temos noção dos reforços para minimizar os efeitos nefastos desta pandemia, mas não podemos descurar do resto. Terminou deixando votos de boas festas para todos, com muita saúde.

Cláudia Pereira - Depois de cumprimentar todos disse que vinha ali para falar de Silvares que viveu momentos muito difíceis durante o mês de novembro e início de dezembro com o aparecimento de casos Covid que atingiram cerca de 70 pessoas. Assim vem aqui elogiar a resposta a esta crise por parte da comunidade silvarensis e agradecer a todos os cidadãos que ali trabalham, residentes ou não, no atendimento ao público e com o público se mantiveram firmes e que se desdobraram para servirem as populações. Agradeceu também aos que trabalham nesse âmbito de serviço público e que, tendo estado infetados, voltaram aos seus trabalhos com a mesma disponibilidade e confiança, agradeceu à unidade de saúde pública da Cova da Beira a toda a sua equipa, à Câmara Municipal do Fundão na pessoa do Senhor

Presidente, Dr. Paulo Fernandes, por todo o apoio que prestou. Agradeceu ainda a todos os que, de uma maneira ou de outra, prestaram a sua solidariedade e preocupação. Por último, agradeceu a todos os que trabalham na linha da frente nesta pandemia, terminando também votos de um feliz Natal e que 2021 seja um ano de esperança a todos os níveis.

Presidente da Mesa – Informou que foram entregues na Mesa um voto de louvor e uma moção. Assim propõe a aprovação do presente voto de louvor a todos os profissionais da linha da frente no combate à pandemia Covid 19.

Luís Lourenço – Informou que iriam votar favoravelmente, no entanto quis chamar essa atenção que não é referido na moção um agradecimento à resposta que o Serviço Nacional de Saúde tem conseguido dar, apesar do subfinanciamento a que foi sujeito ao longo de muitos destes anos.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se os proponentes acolhem esta proposta, o que foi aceite. Não havendo mais intervenções solicitou a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Continuando, o Senhor Presidente da Mesa referiu-se à moção pela abolição das portagens na A 23, **que ieria ser apresentada pelo membro Jorge Garcez que se encontrava on-line.**

Jorge Garcez – Cumprimentou todos os presentes e apresentou a moção, que se junta à presente ata como **Anexo 5**

O Senhor Presidente da Mesa perguntou quem queria falar sobre esta moção.

Luís Lourenço - Relativamente a esta moção disse que queria dizer duas ou três coisas. A primeira, que a mesma fala apenas na A 23, pensa que se poderia referir também a A 25, porque para o desenvolvimento do Interior, os constrangimentos da A 23 são idênticos àqueles que nos são colocados pela A 25. A segunda e esta é a fundamental, disse que em moções deste género, no caso da abolição das portagens, esta assembleia tem tido a preocupação de apresentar moções que possam ser votadas sem constrangimentos nenhuns por todos os membros desta assembleia, mais que isso, normalmente subscrito por todos os membros da Assembleia. Esta, enfim, todos nós temos o direito de criticar, mas também aqui poderia criticar os deputados do PSD que quando foi posta a votação a abolição das portagens votaram contra essa abolição e depois apresentam uma proposta de redução de 50%. Pensa que não vamos no bom caminho, por isso o que honestamente sugeria, era de facto conseguir-se uma moção subscrita por toda a assembleia e votada favoravelmente e que houvesse a possibilidade de retirar as referências de críticas a deputados, que não lhe parece que contribuam para a melhor solução, a aprovação da moção.

José Pina - Reforçou o que disse na sua primeira intervenção, nunca ficará satisfeito enquanto não houver a abolição completa das portagens. Foi nesse sentido que esta Assembleia Municipal em dezembro de 2017 se expressou. O que está ali a ser feito, é pura e simplesmente

propaganda política de baixo nível, com o qual não podem concordar e, portanto, se o teor da moção for esta votaremos necessariamente contra e se não for nesta será na próxima assembleia municipal, apresentada uma moção no sentido de reafirmar a posição da assembleia de 2017, porque pensa que a Assembleia Municipal não abdicou da abolição das portagens, portanto, não vai congratular-se com a redução de 50%, em que ainda há dúvidas se é a partir de Janeiro ou Julho.

Rogério Hilário - Achou que está na hora clarificar as coisas. Todo o processo pode ter uma evolução, agora recuos como este não admite, trata-se de defender os nossos interesses e colocar as coisas exatamente onde estão, porque se não falarmos de política, naturalmente todos teremos a nossa opinião, mas aqui tratamos de política e nós não abdicamos dos considerandos que estão na proposta porque estamos a falar de eleitos que deviam ter outra postura, que deveriam ter necessariamente de zelar pelos interesses da região. Ninguém está contente com os 50%, daí que reafirma, que querem a abolição das portagens e é por isso que nós lutamos. Mas há também um facto político, pelo que não lhe façam recordar as atas da Câmara Municipal. Assim, neste caso concreto, é preciso perceber que o que se trata aqui é política e já houve pessoas nesta sala que quebraram a disciplina partidária para defender os interesses da região e é para isso que é preciso ter coragem.

Luís Batista – Cumprimentou todos e disse que esta discussão não vai levar a lado nenhum, é apenas propaganda política sem qualquer resultado prático, pelo que queria abordar 2 pontos. Primeiro, sugere aos senhores membros municipais que vão ler o orçamento geral do Estado na sua versão final, onde diz que as medidas só entrariam em vigor a partir de 1/7/2021, isto se a autorização que foi dada ao Governo for executada e, para além disso, podemos falar ainda mais de uma injustiça social que tem a ver com os 35% ao nível dos veículos elétricos e não poluentes, porque as pessoas com menos recursos, não utilizam este tipo de veículos em autoestradas porque não têm poder de compra para eles. Por outro lado, não esquecer que o PSD propôs isto e depois na votação final votou contra.

Jorge Garcez - Quis referir que compreende o desagrado do Partido Socialista, mas, de facto, localmente a política de baixo nível nunca foi feita nos termos que evocou no Fundão, mas é preciso aqui a recordar as contradições perfeitamente insanáveis com que alguns agentes locais interagem politicamente, nós não nos podemos esquecer, que a Doutora Joana Bento, vereadora da Câmara do Fundão, toma posições de defesa dizendo que é preciso coragem política para acabar com as portagens, também que era preciso coragem política de tomar medidas para reduzir as portagem, mas depois a Dra. Joana Bento despe o fato de vereadora e esquece que é na Assembleia da República que os interesses da região têm de ser defendidos. Não é fácil defender esta posição, compreende desagrado, mas a Dra. Joana Bento cometeu um erro ao qual ficará sempre agarrada e é bom que as pessoas lá fora saibam isso. O Partido Socialista nesta assembleia, tinha agora a oportunidade de explicar a todos o porquê, no fundo pedir desculpa a todos os que nos sentimos um pouco envergonhados, de quem defende os interesses contrários aos da região, na Assembleia da República.

José Pina – Recordou que a história da abolição das portagens, da manutenção das portagens ou da introdução das portagens teve a ver com um ato mesquinho, aquando da aprovação de um Orçamento de Estado exigido pelo P S D, quando o Partido Socialista era Governo.

Luís Lourenço – Disse que todos nós temos o direito a fazer a crítica política e esta é uma assembleia política e um lugar para se fazer essa mesma crítica, agora nesta moção não era isso que se queria, o que se pretendia era uma posição unânime, forte e decidida do concelho do Fundão a reafirmar que o que queremos é a abolição das portagens, por isso apelou a que esta moção fosse reformulada, para poder ter uma aprovação unânime e não defraudar o nosso objetivo comum.

Após questionar os intervenientes e não havendo consenso relativamente a esta questão, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a Moção tendo a mesmo sido aprovada com 26 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);

Luis Lourenço – Cumprimentou todos os presentes e deixou votos de umas boas festas aos membros presentes e a todos fundanenses, na medida do possível e que o ano 2021 seja algo bastante melhor do que o que está a terminar. Lembrou que na última assembleia, alguém aqui afirmou que fez elogios à forma como esta informação escrita do presidente da câmara e da atividade municipal é feita. Relembrou que esse elogio foi feito há um par de anos atrás, quando, de facto, se começou a fazer de forma bem mais apresentável a informação escrita do que anteriormente era feita. Concluiu a intervenção com a entrega de um documento que se junta à presente ata como **Anexo 6**.

João Leitão - Vem aqui só para formular a uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, como membro desta assembleia e provavelmente também portador de uma motivação partilhada por todos os presentes, gostaria de saber qual é o estado do plano de vacinação ao nível municipal cuja informação vai chegando a conta-gotas, a partir do dia 27 de dezembro e gostaria também de saber de que forma é que esse plano de vacinação dito nacional, mas que terá que ser implementada a nível municipal, como é que está a ser articulado com os diferentes níveis de governação não só a nível nacional, mas também a nível intermunicipal e, obviamente, no município do Fundão.

Presidente da Câmara – Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Abordou desde logo a questão que sempre se impõe desde que começou a pandemia, dando como nota muito positiva as condições ajustadas para a realização da assembleia, prestou uma homenagem singela mas sentida às 23 vítimas de Covid 19, no nosso concelho e a questão muito salutar relativamente ao esforço tremendo de toda a linha da frente de combate, onde

todas as estruturas têm sido chamadas a desafios únicos e imprevisíveis, naquilo que são as necessidades de resposta de toda a comunidade, saúde, proteção civil, comunidade institucional local, câmara municipal, juntas de freguesia, a comunidade educativa, as estruturas do setor social todas elas têm sido absolutamente vitais e também a colaboração do cidadão de forma mais organizada quando está em termos associativos, mais informal quando está em termos colaborativos e de solidariedade entre todos que também tem acontecido muito felizmente, com excelentes respostas, muitas vezes mais micro, mas que fazem toda a diferença e também mais empresarial, porque têm sido também as empresas, quer na resposta no combate do serviço de proximidade, na reorganização permanente dos seus trabalhos, dos seus trabalhadores, dos seus colaboradores, para se manterem em produção tão essencial para aquilo que é a sustentabilidade social do nosso concelho. Falando da vertente da saúde que é um tema que aqui foi colocado um pouco por tudo isso nas bancadas, de forma mais direta também pela bancada da CDU, referiu que existe já uma trajetória descendente na questão do Covid no nosso território que iremos tentar manter naquilo que é a hierarquia de risco, que é elevado. Tem ainda esperança de podermos passar para risco moderado, dada a diminuição que tem ocorrido, principalmente nas últimas duas semanas, esperamos mantermo-nos nesta trajetória, pelo menos que ela se estabilize nestes números e se possível que vá a pouco a pouco diminuindo. Aproveitou para fazer aqui um apelo já que estamos no Natal, numa fase em que nos queremos despedir e acha que o termo despedir neste caso é despedir mesmo, do ano 2020, que não nos traz grandes recordações. Nesse sentido fez um apelo à maior das correspondências cívicas, aquilo que é responsabilidade individual, que é a forma mais eficaz de combater e diminuir o risco desta pandemia, que nos levou quase um ano das nossas vidas em muitos aspetos. Fazendo aqui a ponte com a pergunta colocada pelo membro João Leitão, manifestámos a nossa disponibilidade total para podermos ser parte nas necessidades logísticas de pessoal e espaço, naquilo que é um enorme desafio que temos pela frente que é o plano de vacinação, dando conta que entre os dias 27 e 30 de dezembro, irá começar a vacinação dos profissionais de saúde no nosso território, das pessoas que estão na linha da frente, no centro hospitalar e centro de saúde. A vacinação na área da saúde vai continuar durante o mês de janeiro e também durante o mesmo mês está previsto que todos os profissionais, daquilo que são as respostas de lares e utentes também sejam vacinados até 31 de Janeiro. Depois serão os doentes crónicos, ou seja, os que tenham efetivamente doenças que, pela sua natureza, entram no denominado grupo de risco. Estamos totalmente disponíveis e já o manifestámos a toda a estrutura de saúde, pelo que posteriormente estaremos ainda mais aptos a dar informação mais detalhada. Há aqui um desafio de mobilização do município, das próprias entidades e dos centros de saúde para que, num espaço muito curto de tempo, esperemos estar a falar de mais de 1.000 pessoas do nosso concelho venham a ser vacinadas. Trata-se de um processo bastante complexo do ponto de vista do que é essa operacionalização. Ao membro Guilherme Frexes, até com alguma um ponta de ironia, fez um comentário de que seríamos uma espécie de sucursal ou delegação do Ministério da Saúde, por estarmos de certa forma a substituir aquela entidade. Passados alguns momentos e bem, o membro da sua

bancada, sugeriu o tal consenso mais alargado e talvez dando mais consistência à própria moção de louvor ao esforço relativamente à questão do Covid, ao Serviço Nacional de Saúde, apesar do seu subfinanciamento, apesar daquilo que é reconhecido por todos também na nossa região, de uma necessidade mais veemente, mais concreta, de aumentarmos aquilo que serão os recursos em termos de profissionais na primeira linha, pessoas, profissionais de saúde, seguramente, mas também ao nível de alguns equipamentos que pela sua diferenciação nos acrescentassem serviços de proximidade à nossa população. Tem muito pouco a acrescentar quando junto as duas intervenções de membros da mesma bancada já que é isso mesmo, que nós de facto, estamos em muitos aspetos a fazer, mesmo sem aceitar a delegação de competências na área da saúde, estamos a substituir-nos em investimentos que são de todas as formas de responsabilidade direta da administração de saúde, pelo que coloca isso numa perspetiva de colaboração e de sentido do que é o interesse público municipal, pelo que vamos continuar a fazê-lo e este orçamento de certa forma representa talvez como poucos, talvez como nunca em várias facetas, porque aparecemos como investidores, começando nas extensões de saúde, que é uma coisa tão simples, mas não é uma responsabilidade direta do município, reconstruir ou requalificar extensões de saúde, passando pelos cuidados continuados, não é uma responsabilidade direta do município apoiar os cuidados continuados sejam eles os convencionais ou a novidade, não é também a aquisição de equipamentos pesados e valências pesadas como a medicina e medicina nuclear, claro que não é da nossa o linha de competências, das alíneas de competências que lá estão, nem sequer estavam na delegação de competências que se podiam contratualizar, falamos de várias coisas que nem sequer na delegação de competências, que não assinámos, vêm sinalizadas, no entanto há questões com dimensão estratégica para o concelho, há questões que é um posicionamento para criar valências diferenciadoras para um setor que é muito fragilizado e que no concelho do Fundão, em concreto, tem fragilidades até na oferta conjunta do território social da Cova da Beira e assim vamos continuar na unidade de medicina de Saúde Familiar que possa aumentar e reforçar aquilo que são serviços, nomeadamente na área da medicina primária, que é tão relevante no concelho com as características da nossa população, pelo que é muito importante a questão que também foi colocada, quando, depois de auscultar ACES e o Centro de Saúde do Fundão é que evidentemente tem que estar garantido que essa questão aumenta a eficácia do serviço e não reduz serviços de proximidade, porque aí o município estaria obrigatoriamente e imediatamente fora desse processo. Por isso é no reforço da produtividade, ou da eficácia do serviço dessas estruturas, um pouco de missão, que estão dentro do Serviço Nacional de Saúde. Repetiu que estão com o Serviço Nacional de Saúde e disponibilizaram-se a dar um apoio que mais uma vez poderia vir da Administração Regional de Saúde para aquilo que possam ser algumas obras de adaptação do primeiro piso do hospital velho onde consideramos que poderia funcionar esse serviço e, tal como tinha aqui referido há alguns meses numa Assembleia Municipal, que o município do Fundão só se colocaria na perspetiva de investidor relativamente ao edifício hospital velho em valências que estivessem integradas no edifício e no Serviço Nacional de Saúde. Foi esse compromisso que se assumiu e continuará sempre a assumir, enquanto tiver este cargo e estas funções, porque considera isso

estrategicamente vital, de forma transversal para todos os setores de atividade, para tudo o que é qualidade de vida do nosso concelho. Relativamente à central de biomassa, tem consigo o último relatório que foi feito no dia 12 pela nossa fiscalização que refere com imagens, que começaram a ser colocados os placares de insonorização. Relativamente à parte da insonorização das habitações, que visam a melhoria da qualidade de vida dos moradores, refere o relatório que há um caso que está resolvido e quanto aos outros três, contactámos a empresa contratualizada para efetuar esse serviço, que informaram que estão de facto a produzir os vidros duplos e todas as questões associadas para as colocar no local. Deu conta que ainda têm alguns dias relativamente à nossa contagem, pelo que esperam que toda esta produção de equipamento e colocação dos mesmos no local se mantenha, mesmo com as vicissitudes que hoje vivemos, por isso vamos esperar mais um pouco. Sobre a intervenção do membro João Leitão e também de alguma forma outras intervenções e que tem e tem a ver com o posicionamento atual do nosso concelho e da nossa região relativamente à necessidade de projetos estruturantes na região é verdade que a CIM Beiras e Serra da Estrela sofre desse problema do reforço da assimetria. É uma questão estatística, nós eramos a segunda CIM, de menor densidade do país há cerca de 10 anos, a primeira era Trás-os-Montes, a segunda éramos nós e terceira a Beira Baixa. As assimetrias têm aumentado, o que faz lembrar sempre aquela velha metáfora, muito aplicada no desenvolvimento que é a do anel e do gigante, nós damos muito passinhos mas o gigante dá um passinho maior e no final do dia a distância relativamente ao gigante aumentou muito. Nós, mesmo dando muitos passinhos que, basicamente nos podiam dar a ilusão que estaríamos mais próximos, mas são importantes os projetos estruturantes, muitos deles, quatro ou cinco foram aqui colocados e são bastante relevantes, alguns tem até conexão com a revisão do plano da CIM Beiras e Serra da Estrela para o 20/30. Há um projeto de posicionamento que foi apresentado em sede de conselho regional, que acha que é muito interessante, um projeto de nova geração que coloca as questões de proximidade digital e de serviços associados que essa proximidade digital como um grande marco de posicionamento para os próximos anos. Também é importante a nível local porque na semana anterior, numa determinação do Conselho de Ministros, saiu o programa expandir que basicamente aprova os projetos para no âmbito do 20/30, projetos de amplitude nacional, ou seja é mesmo um programa que sinaliza o projeto de âmbito nacional e lá vem o nosso cluster digital do Fundão, um dos poucos projetos de amplitude nacional que não é partilhada, sendo específico para o concelho do Fundão, porque nós precisamos de facto, dessa questão, estamos perto de um local onde ainda há poucos dias saiu uma notícia nacional da inauguração do laboratório 5 G que é literalmente aqui ao lado, de uma empresa multinacional que aqui aposta em investigação e desenvolvimento como forma de posicionar os seus produtos. Estamos também na parte dos laboratórios colaborativos e crê que a interligação disto com os setores tradicionais da tele saúde, da agricultura de precisão, da agenda da sustentabilidade, das economias circulares com questões relevantes das diferentes eficiências do carbono. Trata-se de questões onde felizmente nos vamos posicionando para termos uma visão sempre muito lata da abordagem das competências e do paradigma do poder local que hoje tem, no seu entender tem de ter, para a criação de valor em qualquer

território, mais ainda nos de baixa densidade, como o nosso. Referiu também relativamente a algumas questões do plano de investimentos, irá precisar depois um pouco melhor junto ao membro José Pina aquilo que toca mais à parte da gestão contratual com a Aquália, no entanto e aquilo que se recorda, havia um valor inicial de cerca de 4 milhões de euros em termos de investimento, em que uma parte eram obras e uma parte maior foi entregue em dinheiro por opção e por exigência do município, porque havia uma parte do plano de obras que, com a passagem do tempo, entre o caderno de encargos inicial e a adjudicação, no âmbito do processo de concurso público, existiam partes que até já tinha sido o município a realizar, como tal, nós preferimos que essas partes nos fossem pagas em compensação financeira, porque uma parte da intervenção está feita e depois há um artigo, salvo erro o artigo 30º, que refere que há todo um conjunto de investimentos que têm que ser concertados entre as partes e aqui essa questão tem um duplo sentido, havendo um deles que é também do interesse do município e que se prende com a questão dos financiamentos comunitários. Nestes últimos dois quadros comunitários, quer o terceiro QCA, quer o 20/20 há investimentos na rede, na expansão da rede, na construção de rede, que os municípios tinham mais probabilidade de poderem ver aprovados, apesar de ter uma entidade a que podemos chamar gestora da água em baixa e nós fizemos várias candidaturas no POVT e no POSEUR, algumas até já neste mandato, dos micro sistemas e expansões que foram distribuídas um pouco pelas freguesias, havendo aqui muitos presidentes de junta que sabem do que estava a referenciar. Pelo facto de nós termos 85% a fundo perdido, claro que aproveitamos essas sinergias e criámos depois modelos de acordo com a entidade gestora que terá sempre de compensar sejam os 15% ou seja um outro tipo de compensações. Sobre as questões que aqui foram colocadas relativas às portagens quis referenciar dois aspetos que lhe parecem importantes, um deles é que o município do Fundão esteve sempre ao lado desta plataforma cívica, a quem efetivamente tem que dar mérito pela sua consistência, pela sua resiliência, de manter sempre viva esta agenda de redução para a abolição das portagens, porque foi um evoluir que a própria plataforma foi tendo e estivemos onde tínhamos de estar, ao lado da plataforma cívica multicolor, onde sindicatos e patronato se juntaram, associações empresariais e sindicatos estavam de braço dado e onde os municípios também estiveram, mas a Câmara estará sempre até chegar à abolição total. A redução de 50% e algumas vezes também aqui o referenciou é basicamente aquilo que é o nosso diferencial, o PIB per capita, muito quando comparado com o PIB per capita nomeadamente da Grande Lisboa e Vale do Tejo que tem uma diferença de mais de 50 pontos percentuais relativamente à nossa região, por isso era inadmissível que passássemos da primeira Scut do país para a mais cara do país e isso é passar para a diferenciação negativa e, nesse sentido, acha que todos temos de continuar a pugnar por essa questão, mesmo sendo assinalável essa redução. Sobre as responsabilidades individuais não quis fazer qualquer comentário.

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2021” nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Presidente da Câmara – Disse que o orçamento são cerca de 35 milhões de euros sendo o maior orçamento desde 2012, com um aumento de cerca de 40% naquilo que são as despesas de capital e cerca de 3% relativamente às despesas de natureza corrente. Nas despesas de capital e no indicador que se associou investimento, nós passámos de um orçamento de 6 mil milhões de euros para pouco mais de 9,1 milhões de euros naquilo que é a parte orçamental. Relativamente à evolução dos nossos impostos a última grande alteração de paradigma tem a ver com o IMT, fez uma conta do que foi a média dos anos 2015, 2016 e 2017 com a média dos últimos 3 anos e, basicamente a receita de IMT, que é uma receita que está conectada muitas vezes com atividade económica dos territórios, tem tido uma reação muito positiva nestes anos, prevendo-se este ano estar com 1,100 milhões de euros, que é praticamente o dobro da média do triénio 2015, 2016, 2017, mesmo num ano de pandemia onde muitos nós pusemos o pé no travão relativamente às lógicas de investimento nomeadamente e também nas componentes da construção como não podia deixar de ser. Relativamente ou IMI, depois de 12 anos com a taxa não máxima, porque a partir de determinado momento a taxa máxima passou para 0,50, mantivemos a redução do ano passado em 0,38, mantendo todos os descontos para as famílias de acordo com o agregado familiar e também mantendo as diferenciações ligadas à reabilitação urbana e a quem cria emprego. Sobre a despesa e naquilo que são os indicadores do nosso programa de ajustamento financeiro, referimos que teríamos que ter sempre cerca de 30% como valor máximo do nível de despesa de pessoal, mas estamos nos 20% em termos orçamentais, assim como o serviço de dívida, que era um dos grandes objetivos do nosso plano de ajustamento financeiro, o FAM, que era reduzir o serviço de dívida para ganharmos mais espaço para a componente também de outras questões, sobretudo do investimento, nós estamos com 7,17% daquilo que prevemos para o próximo ano, ou seja um pouco menos de metade daquilo que era o nosso esforço de serviço de dívida máximo que tínhamos colocado, assim como na componente do investimento, aquilo que era o esforço próprio nós referimos como 15% a esse esforço máximo e estamos com cerca de 11%, o que a cumpre também em termos da estruturação do nosso orçamento, aquilo que são três dos grandes indicadores do FAM. Passando para a parte das despesas de pessoal, a nossa previsão é que subam cerca de 5,6 por cento e aqui há vários aspetos, um que tem a ver com o valor final que possa ser a atualização daquilo que é o ordenado mínimo, há a questão sempre do efeito que tem alguma retroatividade, também o efeito de integração de precários que fizemos há cerca de 2 anos e também as questões do descongelamento de carreiras e de posições remuneratórias que apanha o ano em pleno e que tem sido um processo que nos últimos 2 anos, tem tido obviamente repercussão financeira. Há uma novidade neste orçamento que creio que enquanto presidente é a primeira vez que utiliza que é a chamada opção gestionária, que é uma prerrogativa que as câmaras têm e que é consagrável geralmente nos orçamentos de Estado, para aquilo que possa ser uma leitura mais ajuizada de reposição salarial relativamente

alguns segmentos de colaboradores. De conta que no âmbito do descongelamento de carreiras, houve um conjunto de colaboradores, cerca de 50 no município do Fundão, na carreira de assistentes operacionais ficaram prejudicados relativamente a esse descongelamento, são sobretudo pessoas com muitos anos de casa, alguns com mais de 20 e até 30 anos de casa, que continuaram a manter-se muito próximo do ordenado mínimo vendo inclusive os mais jovens chegar e ficar basicamente em pé de igualdade, nalguns aspetos até nem em pé de igualdade, relativamente a pessoas com muito menos anos de casa. Essa é uma questão de justiça que foi até várias vezes denunciada pelo sindicato e que considerou que dado que o orçamento nos permitiu no ano passado, utilizar opção gestonária, isso foi utilizado e por isso há aqui um efeito de cerca de 100.000 euros em termos de custos de pessoal e tem a ver com que essas 50 pessoas, que puderam subir um escalão e ir ao encontro daquilo que são os mais de 20 anos de serviço, alguns cerca de 30 anos de serviço, os assistentes operacionais, reforçando assim a base salarial daqueles que menos recebem no município. Quanto às transferências, disse que somos uma câmara que vai promovendo a descentralização, em termos de apoio a muitos dos investimentos e a muitas delegações de competências quer com instituições, quer com as juntas de freguesia. Fez a conta a partir de 2017 e concluiu que temos um aumento geral de transferências correntes e de capital de 20% relativamente ao ano 2021. Passamos 2.300 para 2.900 milhões e deste valor foi ainda fazer a conta específica para as juntas de freguesia e há um aumento de 25% nas transferências que inclui duas questões, uma que é a atualização das competências, também contratualização de novas competências, pontualmente com algumas juntas de freguesia, dentro do que foi um modelo concertado com todas e uma outra questão que aqui coloca, que é um fundo especial de apoio às Juntas de Freguesia de cerca de 90.000 euros que foi também concertado com as mesmas e que considera relevante naquilo que é o esforço que aqui também já foi mencionado., Pergunta-se como é que é possível aumentar tanto um investimento com aquilo que são as condicionantes atuais do município do Fundão, mas referiu que conseguimos porque somos muitíssimo eficazes na captação de financiamentos comunitários, conseguimos desdobrar o nosso orçamento e assim fizemos aqui uma conta que este orçamento em muitas intervenções tem financiamento comunitário e nós conseguimos para chegar aos tais 3 milhões totais de investimento, conseguiu-se que um euro de dinheiro do orçamento municipal fosse multiplicado por mais de 3, através de financiamentos comunitários que têm taxas em 85% e conseguimos posicionar muitos dos nossos investimentos naquilo que são as tais estratégias que têm que estar alinhadas com as tendências e com aquilo que é relevante para o nosso concelho, exemplificando com situações na área da educação, neste caso, o finalizar da estrutura no equipamento, no mapeamento das escolas, em que vamos abrir parcialmente e posteriormente ao público toda a parte dos campos de jogos, estando para isso a finalizar o protocolo, também as questões do fibrocimento, da medicina nuclear, do centro refugiados, as questões da ampliação do espaço empresarial do Fundão que vai criar cerca de 900 postos de trabalho, o Cine Teatro, comunicando à Assembleia que depois de ser visado pelo Tribunal de Contas, na próxima segunda-feira se iniciariam as obras no Cine Teatro, considerando esse facto de algo que para muitos ou para todos é um momento marcante que

obviamente só quer partilhar com todos, porque o momento de lhe deu uma alegria, ao ver que, finalmente este edifício vai começar a sua requalificação. Representa também muito daquilo que são os valores e o empreendedorismo dos nossos cidadãos em tempos idos, não esqueçamos da memória que aquele espaço representa, muito daquilo que foi o bom e o menos bom da nossa história coletiva nestas últimas décadas. Também a parte da requalificação urbana, nomeadamente os planos de mobilidade que continuam. Há ainda outras vertentes que destaca não terem ainda propriamente o financiamento comunitário, apesar de existirem algumas promessas ainda não foi valorado o esforço dos municípios de o fazer no âmbito da Covid, porque ainda não têm financiamento comunitário, nomeadamente os testes, os equipamentos, as máscaras. Tudo isto inicialmente estava previsto ter financiamento comunitário, até os computadores, estão algumas candidaturas propostas mas ainda não abriu a linha mais direta para cofinanciar uma grande parte deste esforço e há aqui cerca de 2 milhões de euros associados às questões já referidas ligados a áreas social e à saúde. Continuam também a apoiar a mobilidade na área da saúde e por isso há viaturas do centro de saúde em que é o município que financia e ainda bem, porque isto melhora a vida dos profissionais de saúde e sobretudo os utentes, melhorando os cuidados em ações estratégicas e outras que são de parceria. Trata-se de um caminho que se seguiu e apesar de também compreender que se houvesse capacidade sub-regional e regional e de grande parte do investimento estar subregionalizado ou regionalizada, não tem dúvidas que este esforço que alguns dos municípios, não todos, estão a fazer nestas múltiplas vertentes na área da saúde, claro que são opções políticas que uns gostam mais do que outros, poderão achar que investir na saúde é menos relevante do que investir noutras vertentes de investimento mais clássico. Mantemos também o nosso plano sempre associado aquilo que é a manutenção das vias de comunicação, com 500.000 euros, também a eficiência energética, a componente do posicionamento estratégico das zonas industriais, nomeadamente com a ampliação da Zona Industrial do Fundão, estando o município em termos de sede de PDM a preparar uma proposta para cerca de 200 hectares de crescimento daquela zona industrial e, para isso, é essencial complementar uma obra estratégica que está neste momento numa fase final da sua intervenção que é a estrada que faz a ligação Carvalhal/Valverde, entre a zona industrial do Fundão e Carvalhal e aquilo que possa ser o desenho do novo nó para o lado direito, na direção Covilhã/Fundão, direção para Norte, um novo nó de saída direta da autoestrada. Esse posicionamento é muito importante e vamos mantê-lo. Também as questões dos regadios nas duas vertentes, quer no plano de requalificação e de apoio ao plano de requalificação do atual, quer na sua expansão para Sul. As questões também de aproveitar a nova legislação na área da floresta para posicionar o programa de valorização da paisagem da Gardunha, assim, como as componentes do programa de mobilidade suave, tendo aqui como data limite até fevereiro para que aproveitando os trabalhos possam vir da CIM posicionar um novo sistema de transporte a pedido que possa complementar aquilo que é o nosso sistema convencional, ou seja se até fevereiro esta questão não estiver mais avançado o município vai avançar e complementar esse trabalho. Nas grandes opções do plano relativamente às questões da inovação, investimento e emprego que representa perto de 50% daquilo que são as grandes

opções, no PPI essa questão mantém-se de forma muito veemente. Relativamente à componente do investimento também referiu que toda a dívida que tem uma previsão, o que vem depois também do parecer positivo do FAM nos seus critérios, tinham uma projeção pessimista, uma otimista e uma mediana e utilizamos a mediana, pelo que no próximo ano termos uma dívida final do ponto de vista bancária e também de fornecedores de 52,611 milhões de euros e esta questão tem alguma relevância, por causa da questão de sairmos daquilo que é o desequilíbrio estrutural, ou seja deixamos de estar em rotura, depois entrarmos num modelo de desequilíbrio estrutural se estivermos abaixo dos 2,25 pontos. Essa questão desaparecerá e estamos a acelerar do ponto de vista do que é a gestão orçamental e por isso também aqui traz esta situação que com as atuais condições e se não houver nenhuma situação externa àquilo que é que o contexto orçamental aqui colocado, nós estaremos perto do índice 2, que equivale a sair da situação de ser um município que deixa de estar estruturalmente com problemas do ponto de vista orçamental, num esforço coletivo que quer valorizar com todos porque se trata de um esforço muito partilhado, todos ajudam neste processo. Para concluir, agradeceu também os contributos recebidos na auscultação das forças com assento na nossa assembleia municipal, um contributo muito estruturado por parte do PSD e relativamente a várias vertentes, algumas delas do ponto de vista mais do que o que está no orçamento é forma de executar, porque não basta ter um orçamento que responde às necessidades prementes e tem uma visão estratégica para o concelho consolidada e orçamento, que lhe parece muito óbvio quando vemos este orçamento, mas também é importante a forma como se executa e muitas vezes nos pormenores da sua execução, da sua perceção do cidadão e apropriação pelo cidadão que é muito importante, porque há aqui muitas medidas que têm muito de externo, orientado para outras vertentes tem aqui a uma conexão muito forte com o cidadão o que agradece. Agradeceu também à CDU, que fez também um documento com vários pontos abordando várias vertentes, aproveitando para esclarecer que relativamente às juntas de freguesia e à atualização, do ponto de vista de inflação não foi feita, porque tudo leva a crer que vai ser negativa e por isso é que verificaram a questão que foi colocada, que tinha também no documento com outras de natureza da de âmbito mais político, de que podemos divergir, mas houve várias situações que nos foram colocadas que nos ajudaram a verificar em concreto as medidas. Também ao Bloco de Esquerda quis agradecer, embora não tenha feito uma proposta estruturada, já tinha feito uma recomendação que aqui recorda, de criar um fundo de investimento para facilitar ou ajudar as juntas de freguesia, por isso ouvimos essa recomendação e ela foi aprovada na Assembleia, por unanimidade. O Partido Socialista não fez propostas por escrito, mas foram também feitas reuniões longas, onde houve várias situações e questões levantadas, algumas dúvidas a que responderá ainda nesta Assembleia.

Luís Lourenço - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 7**.

Luís Batista – Disse que ia ser breve já que em alguns considerandos estava de acordo com o membro Luís Lourenço, assim em termos de classificação, pode dizer que mais uma vez

estamos perante um orçamento eleitoralista quando se verificam as grandes opções do plano face à maioria dos projetos que aparecem neste orçamento face ao orçamento anterior. Parece que se mandam os valores para o ar para mostrar um documento mais composto, face aquilo que tinha sido mostrado no ano passado. Com isto vai ocorrer um menor investimento nas freguesias, tal como também referiu o membro Luís Lourenço que disse que expurgando a questão do Covid e também uma ou outra componente, o aumento é apenas de um por cento, portanto, mais uma vez não se cumpre com aquilo que é prometido. Aqui verifica-se também que é um documento eleitoralista, porque vai-se apostar mais uma vez naquilo que é obra do betão, aumenta-se 57% o programa de manutenção de estradas, da rede viária, porque não houve manutenção nas mesmas durante muitos anos por parte do município. Há também um aumento em 239% na reposição da rede de esgotos, pelo que gostaria que o senhor Presidente explicasse detalhadamente o porquê deste aumento visto que temos um contrato com a Aquália, há uma parte de responsabilidade da água em alta, porque é que estes aumentos tão grandes a este nível. No relatório do FAM aparecem algumas questões que nos deixam apreensivos, relacionados com a parte das receitas de capital que são superiores às previstas no plano do PAM, que já estava um bocadinho desfasado. A verdade é que há aqui uma confusão entre aquilo que são os nossos ativos de aprovação e financiamento comunitário, enviados pelo município, com um valor superior a este montante. Para além disso, nas grandes Opções do Plano, verifica-se também financiamentos sem comprovativo e projetos financiados sem indicação dessa fonte de financiamento, mais uma vez, perguntamos que documento é que estamos a ver e também se, de facto, o mesmo foi corrigido ou não, porque parece-lhe que também num outro documento mais à frente que tem a ver com a parte do orçamento e plano orçamental plurianual, não sabe mas deverá ter havido um erro no Excel, porque a partir de 2022 as remunerações certas e permanentes diminuem de quase 6 milhões de euros para apenas 2 milhões. Portanto, todo este quadro ao nível dos resultados da despesa primária, temos então um saldo global que passa de positivos para a maior parte destes anos para negativos. Por outro lado, passando à despesa temos um aumento da despesa estrutural em cerca de quase 2 milhões de euros do que estava acordado com o PAM, sem sabermos a que despesa estrutural se refere. Vemos também que em sede de execução mais uma vez o executivo vai ter de condicionar despesa ao orçamento da receita e, portanto, mais uma vez, isso vai gerar atrasos no investimento e já que falámos de investimento no valor de 13 milhões de euros, consultando também o orçamento e plano orçamental plurianual em transferências de capital, mas sem subsídios capital, verificamos efetivamente que apenas 2,800 milhões são relativos ao ano de 2021, porque tudo o restante é relativo anos anteriores, querendo isto dizer que o maior investimento para o ano, reduz-se a 2,800 milhões, porque todos os outros já deviam ter sido feitos anteriormente e mais uma vez, andámos a empurrar para a frente aquilo que é investimento no próprio concelho. Por outro lado também, fazendo uma análise mais detalhada destes investimentos verifica-se que, desses 13 milhões de investimentos, 9,100 milhões são efetuados na própria cidade do Fundão e portanto, o Fundão não é apenas a cidade, temos muitas freguesias com diversos problemas, com muitas necessidades para serem respondidas e quando verificamos os restantes 4 milhões de

investimento que poderiam ser afetos a essas freguesias vemos uma grande ausência de investimento nas mesmas. A despesa com passivos financeiros mantém-se de 2020 para 2021, mas está previsto aumentar nos anos subsequentes, pelo que gostaria também de uma resposta sobre esta situação, porque poderá haver problemas de tesouraria ainda maiores, como os ocorridos após 2017 quando tivemos que recorrer ao FAM. Disse depois mais uma vez nesta Assembleia Municipal, relativamente àquilo que foi concretizado pelo FAM não está ser cumprido com o FAM nem com esta Assembleia Municipal, com os riscos inerentes à execução deste orçamento, mais uma vez se verifica que só em Junho de 2022 vamos saber quais são os riscos, os problemas de execução e qual foi a verdadeira execução do mesmo, ou seja, não existe antecipação por parte do próprio do executivo a este nível.

Cristina Guedes - Começou por parabenizar a aceitação da proposta do Bloco de Esquerda na última Assembleia Municipal em reforçar os apoios às juntas de freguesia devido à situação de pandemia e congratular a atualização dos ordenados dos colaboradores, no entanto, o orçamento de 35 milhões é o possível, devendo realçar-se que o despesismo de anos anteriores e a necessidade de recurso ao apoio de outras entidades, retirou ao orçamento a capacidade de atuar na promoção do desenvolvimento local. Tendo em conta a situação de pandemia, o Bloco de Esquerda defende um orçamento direcionado para a resposta à emergência social, económica resultante das medidas de contenção da pandemia e daí a necessidade de se reforçarem as políticas sociais, o apoio direto aos cidadãos e o combate ao desemprego. No que diz respeito à educação ambiental a inscrição de 25.000 euros é muito limitativa da atuação municipal, quando em reunião, viemos a saber que se viria a focar exclusivamente num determinado item, o quarto setor de reciclagem, para o resto pouco se poderá fazer e revela claramente que as questões ambientais não são uma prioridade e que tendo em conta as alterações climáticas é incompreensível e para os diferentes factos que referiu o voto será contra.

Rogério Hilário - Claro que um orçamento, tem nas suas géneses um grau de previsibilidade em função daquilo que são cenários macroeconómicos e aquilo que, no fundo, são o cumprimento dos objetivos possíveis. Assim gostava de evocar aqui as palavras de um professor que o marcou há muito tempo, que dizia “um orçamento é um exercício de bruxaria com todo o devido respeito, adivinharemos ou não aquilo que será ou não será efetivamente feito”. A verdade é que quando estamos a elaborar um orçamento vamos sistematicamente munir-nos daquilo que são a informação que temos ao momento e aquilo que é a perspetiva real ou pelo menos o mais aproximada possível. O orçamento é para si, um peão para a gestão e é assim que avaliamos uma equipa, se cumprimos ou não cumprimos em função dos fatores aleatórios e variáveis que vão decorrer durante o ano, se cumpriu ou não cumpriu os objetivos, pelo menos nas empresas é assim, o gestor dirá o que se propõe fazer face aos fatores aleatórios e objetivamente será avaliada nessa perspetiva. Agora estarmos em Dezembro de 2020 a julgar todo o ano de 2021, claro que temos direito à opinião, podemos dissertar todas as teorias económicas e toda a sua situação, no entanto pensa que os documentos são de fácil leitura, não são complexos, mostram aquilo que são as debilidades, apontam caminhos. Ao discutir

números, claro que uns valorizam outros desvalorizam, uns querem uma coisa outros querem outra, as diferenças nas opiniões naquilo que são as soluções, naquilo que são os caminhos, a divergência é exatamente isso, temos direito à opinião e temos de respeitar todas as opiniões, mas quando ouve alguma contradição entre o que é a crítica e depois a análise, naturalmente terá que também fazer aquilo que é a sua crítica, quer seja positiva ou negativa, ou fazer a sua análise. Passando estes considerandos, acha que é importante dizer que para o ano de 2021 numa situação de pandemia, ainda e infelizmente estamos perante um cenário imprevisível e mais imprevisível por uma razão, reparem o que é que está a acontecer com muitas atividades empresariais, muitos compromissos assumidos, onde não há peças, não há material e muitas vezes há atrasos e isto está a acontecer na economia portuguesa, está a acontecer na europeia e na economia mundial. Não quer dizer que nós não possamos ter atrasos relativamente àquilo que são as previsões como é óbvio mas depois há outros fatores que podem ser incluídos aqui. Quando temos o nosso Governo e bem a falar de um plano de resiliência que bateu por este Portugal todo, que se fez consulta a tanta gente e que é um verdadeiro plano de investimento para ajudar a pandemia, as câmaras também têm o direito de o fazer. Também elas que contribuem para o desenvolvimento local a economia local, atenuar o grave problema da pandemia. Aí já divergimos. É importante perceber-se isto, se por um lado manifestamos concordância e enaltecemos e bem o que fazem outros, também o devemos fazer quando o município do Fundão se propõe executar este orçamento, talvez até dar-lhe um voto de confiança, talvez na perspetiva daquilo que é ajudar, porque as populações vão precisar que este dinheiro chegue às empresas, chegue aos ordenados, chegue às famílias. Estamos num ano em que não lhe repudia nada que fizéssemos um orçamento expansionista porque, de facto é uma forma de atenuar a crise. Estamos na linha com a União Europeia, com o Governo português e porque não com os municípios, toda a população tem que saber isto. Pensa que este projeto de investimento e as grandes opções estão aqui, pese embora aceite a crítica. São importantes não só para os pressupostos do desenvolvimento do concelho, quanto à questão do investimento, naquilo que é a atividade empresarial, porque só assim conseguimos atrair população, criar riqueza não descurando o social, não descurando tudo aquilo que são as grandes opções do plano, naturalmente, e nessa perspetiva acentuar a tónica do desenvolvimento. Este orçamento primeiro de tudo traz objetivamente esta perspetiva, não vai entrar aqui em considerações com valores já focados pelo Senhor Presidente e muito bem, felicito-o pela sua intervenção, explicando exatamente quais são os pressupostos, mas na prática é uma questão aqui que é importante é que nunca deixámos de assumir que houve uma estratégia de investimento, uma estratégia de endividamento e que essa estratégia teve uma altura que fez a inversão e neste momento, estamos a pagar a dívida e continuar a investir, já que por cada euro, estamos a captar 3,25 euros, o que é salutar no atual estado. Lembrou que noutros tempos, havia candidaturas a 100% e não as faziam, pelo que é importante que se lembrem disto e muitas vezes o município quando se endividou, foi para aproveitar, porque nós também merecemos qualidade de vida, também precisamos das infraestruturas, mas apanhámos financiamentos a 50%, pelo que os outros 50% tivemos que os ir buscá-los á banca e pagá-los agora. É natural que isto faça perceber porque é que se chegou ao endividamento,

não foi por uma questão de se querer, mas de merecer, já que toda a população que estava aqui tinha o direito de ter as infraestruturas à sua disposição. E nessa perspetiva que acha muito bem haver disponibilidade para aproveitar aquilo que são os fundos comunitários e este investimento está bastante alicerçado também com aquilo que já está na perspetiva dos seus financiamentos. Chamaram-lhe há pouco o orçamento do betão, o orçamento daquilo que já devia ter sido feito e na verdade já devia, mas tem que se ir fazendo e não se pode fazer tudo de uma vez e se há infraestruturas que têm que ser feitas, não conhece ainda materiais muito alternativos, pelo que o betão é um dos fatores a considerar como é óbvio e vai ser incorporado, não está descabida a observação, mas porque há investimento e há obras e o senhor Presidente deu-nos aqui a indicação de algumas que já começam segunda-feira, talvez tarde, também é capaz de criticar isso, mas que comecem, mais vale tarde que nunca e que finalizem, porque isso também é importante. Nessa perspetiva é que vemos muitas obras da administração central que, ao fim de 7 anos ainda continuam na mesma e tinham prometido que era um ano e meio. Temos de olhar para isto de uma forma que se faça o que os fundanenses merecem. Pensa que este é um orçamento objetivamente que os serve e será uma grande ajuda no combate à crise económica devida à Covid 19.

João Leitão - A motivação de voltar a intervir é exatamente ter oportunidade de fazer também uma apreciação a esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano. Vamos andar em círculos em relação às intervenções anteriores dos membros dos diferentes grupos, mas não é isso que o motivou a fazer a crítica da crítica, simplesmente usar da palavra e ter oportunidade também para fazer uma avaliação da proposta que nos foi apresentada. Considera uma má abordagem, nota claramente um foco invulgar, designadamente nos colaboradores mais vulneráveis do município, fala de dentro da instituição para fora da instituição, no concelho de enquadramento e isso é invulgar, atualmente gostaríamos de ter mais líderes em instituições públicas que fizessem o mesmo e não fazem pelo que gostaria de o frisar e está a fazer-se porque se toma em consideração a situação dos colaboradores e das famílias mais vulneráveis e isso é um aspeto que gostaria de sublinhar, gostaria também de partilhar um ensinamento que em parte o membro Rogério Hilário partilhou, mas que agora também tem oportunidade de partilhar, pelo que passa a dizer: as crises combatem-se com orçamentos expansionistas e não com orçamentos de natureza recessiva e é disto que se trata, trata-se de um orçamento expansionista em cenário recessivo que, na melhor das hipóteses durará até ao mês 6 do ano que vem e na pior das hipóteses, espera-se durará até ao mês 12. Oxalá que termine antes, esse cenário recessivo e que o país e também o Fundão consigam dar a volta de forma rápida. Nesse aspeto o município está a dar uma contribuição, porque apresenta uma proposta de 34.952,565 milhões de euros e usando uma estimativa que é disponibilizada pela Pordata, com referência a 2018, para uma população residente de 35.608 pessoas. O município do Fundão, com as suas limitações e com os seus compromissos assumidos com uma dívida de longo prazo, assume aqui a responsabilidade de injetar em termos brutos, neste território, a quantia de 981,593 euros por pessoa, o que significa que dada a parca atualização do salário mínimo nacional, a partir do mês de Janeiro do ano que

vem, o município do Fundão assume a responsabilidade de cobrir esse valor em 316,593 euros, considerando o Senhor Presidente de corajoso e dando-lhe os parabéns. Como também é corajoso aumentar o investimento neste contexto, nomeadamente substituindo-se à administração central no que diz respeito à saúde e também porque não vale a pena minimizar aquilo que são conquistas de todos, não são só conquistas do executivo, nem minimizar e dizer, estão a requalificar o edifício que estava devoluto ou em que a matriz privada se confunde com aquilo que é intervenção pública, tem toda a razão na argumentação que apresentou a esse nível, mas não se trata só de requalificar, trata-se de requalificar e de refuncionalizar e isso obedece a um plano, obedece a uma estratégia. Frisou que é corajoso o município do Fundão manter o IMI em 0,38 %, acrescido dos apoios para as famílias, voltando a sublinhar que é corajoso e nesta altura em que nos encontramos é prudente e antecipatório incluir mais projetos de investimento. Deu os parabéns pela proposta de orçamento e de opções do plano, voltando a dizer que é uma abordagem inclusiva, pelo que gostaria de apresentar aqui uma sugestão que ainda não viu até hoje aqui nestes exercícios de planeamento, o município do Fundão poderia ser também pioneiro a nível nacional apresentando um relatório de sustentabilidade. Há elementos na proposta de Orçamento que não são visíveis nem são comunicados diretamente, lança o repto para que o município do Fundão no próximo exercício de planeamento orçamental, elabore um relatório de sustentabilidade onde, inequivocamente, demostre as poupanças previstas, por ano, em 3 áreas fundamentais, a eficiência energética, a capacitação do território, nomeadamente ao nível do solo industrial, infraestruturas de apoio, regadio, cultura e educação e a última, mas não menos importante nesse relatório de estabilidade, os apoios às famílias. Em relação a outra coisa a que prestou muita atenção, o investimento, parece-lhe inequívoco que é faseado e portanto é assumido também que o concelho tem uma matriz identitária urbana rural. Terminou a sua intervenção fazendo mais 2 perguntas dirigidas ao presidente do município: saber se têm informação, provavelmente privilegiada, sobre a calendarização dos fundos europeus e dos programas operacionais nacionais e se tem também informação sobre algo que já mencionou na sua intervenção inicial que é algo que deveria ter sido feito em 2019, que era exatamente uma avaliação dos programas operacionais e qual foi efetivamente a margem de retenção do orçamento geral do Estado para reafectar entre fundos operacionais a nível regional, nomeadamente na região Centro e a nível nacional, pensando que algumas regiões executaram menos que esta. Apresentando propostas, até poderá vir a executar mais.

Presidente da Câmara - No conjunto das questões aqui levantadas, sobressai algo que é muito interessante, que o orçamento tem uma dimensão muito integrada e é um orçamento que, de facto, responde a questões de urgência, questões que têm a ver com a pandemia. Temos um orçamento que tem uma capacidade que obviamente, não é uma ilha, até acha que seria positivo que o orçamento tivesse uma perspetiva plurianual em que várias das suas atividades, vários dos seus investimentos, foram construídos, foram planeados, foram votados, foram ganhos ao longo destes últimos 2, 3 anos e que alguns já estão em execução outros se estão a iniciar. Temos um dos maiores investimentos que alguma vez foi feito na área da educação em

termos de equipamento público, que é o plano relacionado com o Centro Escolar do Fundão, que está na parte final em termos de orçamento no próximo ano, parte final essa com cerca de 3 milhões de investimento, temos o Cine Teatro que está a arrancar esta semana e outro ainda que tem a ver com a componente da continuação de atração de empresas, que arrancará depois do respetivo visto do Tribunal de Contas, esperemos que entre fevereiro e março. Disse também que muitos dos investimentos aqui colocados, têm um efeito multiplicador, têm aquilo que se pode chamar de criação de valor social e valor económico, há, de facto, aqui uma data de investimentos, pelo que foi muito importante a intervenção do membro João Leitão, já que falou da questão da refuncionalização, não é requalificar por qualificar é saber porque se querem requalificar e vejam os 2 investimentos maiores, em termos valorização do património que decorreram este ano, que é o antigo colégio na Rua da Cale, muito orientado para a questão da continuação da atração de empresas ou o investimento que aqui faz a conexão entre este edifício centro de empresas, com a parte da incubadora. Por isso, a questão do efeito desmultiplicador ou multiplicador em termos económicos e sociais é muito importante e também está inscrito neste orçamento. Não colhe a questão de que é um orçamento muito centrado nisto ou naquilo, há obviamente investimentos que, sendo no Hospital do Fundão, obviamente, todos tiram partido, assim como nos cuidados continuados, as questões associadas à saúde primária, as zonas industriais, não pode deixar de olhar para elas com uma questão que é transversal a todo o território do concelho do Fundão, sendo como um todo em que todos ganham com essa abordagem num orçamento que duplica, quando se faz a comparação com os 4 anos do anterior mandato como este, duplica a componente de investimento e que também tem a este efeito desmultiplicador na parte da relação com as entidades. Perguntaram-lhe por que é que aumenta a despesa primária relativamente a alguns itens e responde que aumentamos as transferências correntes e de capital, um aumento relativamente ao paradigma de alguns anos atrás para percebermos que eram aumentos muito significativos de cerca de 25% de aumentos nesses itens e porque é que os aumentamos, por exemplo, nas áreas dos equipamentos sociais, temos uma rede de equipamentos sociais que consideramos que era essencial no aproveitamento por exemplo do programa Pares e termos verbas que possam construir um complemento do financiamento próprio para as entidades de cariz social, aquilo que só agora nos chegou, que tendo chegado às mãos nestes últimos tempos, representa um investimento na economia social de mais de 5 milhões de euros, que, se fossem todos aprovados e avançados estaríamos aqui com uma componente do financiamento próprio que andaria pelos 800.000/900.000 euros para alavancar essa parte do investimento. Há aqui também outras entidades, nomeadamente as juntas de freguesias e os seus investimentos de algumas candidaturas apoiadas que também têm aqui um investimento próprio para ajudar esse esforço de desmultiplicação por todo o território. Não é só um esforço que em que o município é promotor de tudo, por isso é que falava de um município bastante descentralizado e é um município que ouve, escuta e percebe que há todo um conjunto de agentes que felizmente têm capacidade, estão atentos, aproveitam oportunidades. Tem pena que o membro do Bloco de Esquerda venha falar que não vota num orçamento, porque não está suficientemente conectado com aquilo que referiu

uma tendência que é a resposta as alterações climáticas ou as questões da economia verde, tem pena, porque pegou apenas num item, porque há uma data de itens no orçamento que estão completamente conectados. Uma câmara que está na linha da frente das questões associadas à eficiência do regadio é uma câmara que obviamente olha com olhos de ver aquilo que é o problema das alterações climáticas, muito a sério, mesmo a fundo, uma câmara que refere que a eficiência energética é uma das questões centrais do ponto de vista de investimento que estão em concurso, alguns que até foram aqui aprovados e apresentados em sede de assembleia, uma câmara que diz que vai criar um sistema de transporte a pedido, onde a frota dos veículos é elétrica, e que o vai fazer por administração direta, porque assumirá complementarmente essa responsabilidade, isto também se pode contabilizar em componente de carbono, uma câmara que diz não pela sua dimensão, mas por aquilo que ele significa e aqui já foi falado na questão da avaliação do impacto, uma questão relevante do ponto de vista da afirmação da inovação social como o processo de avaliação de políticas públicas, uma câmara que refere que uma das questões em orçamento tem um valor simbólico, mas há ações que não valem só pelos milhões, nomeadamente as comunidades de energia, porque dinamizar comunidades de energia é ajudar os cidadãos de forma coletiva, os bairros ou uma zona industrial a posicionar-se de forma coletiva relativamente ao autoconsumo, ao que são os modelos fotovoltaicos ou o que são os concursos energético de forma agregada, isto de facto é ter uma política energética. Talvez até poucos municípios aqui à volta tenham um conjunto tão variado de proposições que se encaixam profundamente na economia circular e um município que diz que paga mais por refeição escolar sempre e quando essas refeições sejam demonstradas, que a suas compras são feitas numa rede de proximidade que não é só o município, mais uma inovação que temos de valorizar. Vivemos numa região agrícola e, obviamente não temos todos os produtos, porque não somos autossuficientes, nós não seremos nunca uma ilha, enquanto aqui esteja como presidente da Câmara, por isso abrimos à região todos aqueles produtos de proximidade que aqui aparecem e que possam ser a parte fundamental de matérias-primas para a refeições escolares em que estamos dispostos a pagar mais por refeição, ou seja, essas componentes não é pelo valor que têm no orçamento, não são os milhões, mas sim o que elas vale, o seu valor social, o seu valor educacional, o seu valor pedagógico e até um bocadinho do seu valor civilizacional para quem, como ele acredita mesmo que este é o caminho para aquilo que é um desenvolvimento verdadeiramente sustentável na terra em que todos gostamos de viver e trabalhar. Também uma última questão qui colocada pelo membro Luís Batista que tentou aqui fazer uma abordagem que quase que lhe dá vontade de devolver, disse que este era um orçamento eleitoralista, não baixando impostos, mas tendo toda a sustentabilidade e todas as diferenciações de impostos. Dizem que este é um orçamento eleitoralista, não põe dinheiro nos problemas, nomeadamente, dinheiro de forma desmesurada naquilo que é a relação com as juntas de freguesia. Faz-lhe um pouco de confusão este selo que procuram colocar que lhe dá quase vontade de responder. Perante um orçamento que é um orçamento de urgência e de emergência perante uma situação incrível, que continua a ser fiel aos princípios, que responde socialmente às questões mais marcantes, num território como o nosso, na parte social, de proximidade, na parte de saúde

de proximidade, que tem cerca de 50% do seu orçamento em projetos que têm um efeito multiplicador numa questão que nós sabemos relevante nas crises e é preciso ter experiência, muita experiência para estar nestas alturas à frente dos municípios, que é perceber que nesta crise, as questões do desemprego estão ao virar da esquina, por isso é importante que parte do orçamento continue muito orientado para aquilo que serão respostas difíceis relativamente a essa questão. Um orçamento que tem também nas transferências correntes uma parte muito significativa do apoio aos programas de inserção do centro de emprego que também têm aqui um amortecedor ou seja um orçamento destes que, por outro lado, aposta na inovação, por outro lado, continua nas linhas daquilo que são a agenda do desenvolvimento sustentável do nosso concelho, nos produtos endógenos, na sua abordagem territorial de desenvolvimento de que, obviamente, nunca abdicará, tendo essa parte, diz e repete, não com provocação, mas com uma espécie de corolário também daquilo que está a acabar de dizer, crê que se há aqui algum posicionamento eleitoralista é a forma como os senhores membros olham para o nosso orçamento.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 29 votos a favor, 2 abstenções e 8 votos contra.

3. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2021”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

José Pina - Disse que tinha ali uma questão ou duas relativamente a esta proposta. A primeira e fica realmente receoso do que vai dizer, há uma tabela resumo, no final da página 3 em que o número de dependentes a cargo pode ter, portanto, uma redução fixa de 20 euros e agregados familiares com 2 dependentes a cargo com o valor de 40 euros e ficou na dúvida porque é que não foi acrescentada aqui a hipótese dos 70 euros para os agregados familiares com 3 ou mais dependentes. Terá sido lapso, ou será que esta tabela foi corrigida entretanto. Faz também uma chamada de atenção de imediato e tem a ver com a impossibilidade que teve há pouco, depois da intervenção do senhor presidente da Câmara, quando diz que tem uma resposta do FAM relativamente a uma dúvida que foi colocada, acerca de alguns considerandos que o próprio FAM tinha pedido para ser substituído relativamente a receitas não provadas. É que aquilo que chegou à comissão permanente, diz lá muito claramente, que o FAM punha algumas reticências e sugeria correção e aquilo que ouviu e pensa que não ouviu mal, o senhor presidente da Câmara informou que houve uma correção entretanto, porque houve uma nova indicação do FAM. Há qualquer coisa que não bate certo, pelo que exige alguma informação acerca do assunto. Por outro lado, uma redução de 0,2% classifica-a com algum humor, como uma redução franzina.

Luís Lourenço – Disse que não é exatamente uma intervenção, mas na tabela que tem, as majorações de 30% para as situações do regadio não utilizado mantêm-se mas não estão na proposta, pelo que pergunta o que é que está mal na proposta ou acréscimo na tabela.

Presidente da Câmara - Relativamente à questão associada ao documento, terá que fazer aqui um recordatório, levamos a sessão de câmara um documento que, como tem sido nosso hábito, procurar que, sempre quando auscultamos a assembleia, de forma aberta, pública, de acordo até com o direito à oposição procuramos, na medida do possível, obter já o documento feito até eventualmente com uma pré aprovação ou apresentação em sessão de câmara e com isso, obviamente, é muito mais fácil que qualquer um dos senhores membros possam posicionar-se, até fazer recomendações, alertas ou até preparar-se melhor para o ponto fulcral da aprovação e discussão do orçamento que é hoje aqui, porque, obviamente, têm muitos mais dias para analisar e ir verificando o documento, estando nas suas diferentes vertentes de avaliação política, técnica, económica, como sustentabilidade. Esse documento foi colocado e enviado para parecer do FAM. No âmbito do parecer do FAM nós recebemos esse parecer, que partilhámos e havia uma recomendação que considerámos adequada que era complementar as Grandes Opções do Plano plurianual, a coluna que tinha a ver com as fontes de financiamento e colocámos essas fontes de financiamento nesse documento que levámos à sessão de câmara prévia a esta assembleia. Esse documento foi levado à sessão de câmara, essa correção foi explicada aos senhores vereadores e o documento de orçamento que foi enviado para a Assembleia Municipal já tem essa correção do ponto de vista do documento que estamos aqui a abordar. Relativamente a essa correção, provavelmente na terça-feira ao final da tarde recebemos uma resposta relativamente à correção que fizemos que, de certa forma, fomos ao encontro daquilo que tinha sido pedido, vai partilhá-la com todos e acontece que ela não é parte propriamente do parecer, porque o parecer está feito e uma recomendação, mas é importante porque nós fomos ao encontro da recomendação e foi enviada resposta que era o seguinte *“Todos os projetos cofinanciados se encontram com as fontes de financiamento das Gops, do PPI e da AMR que são as ações mais relevantes, devidamente identificados, pelo que se considera que o valor do financiamento comunitário justifica um valor superior ao inscrito no orçamento, estando assim cumpridas as recomendações propostas em matéria documental para efeitos de aprovação dos documentos previsionais dos órgãos do município”,* ou seja o que eles referem é que as nossas fontes de financiamento até são de nível superior àquilo que é o valor das receitas próprias, por isso informou a câmara e o documento que está em aprovação neste momento na Assembleia já tem efetivamente essa correção que decorreu nos documentos que foram a sessão de câmara, como já referiu e como podem comprovar naquilo que foi entregue a todos os membros relativamente a esta questão. Relativamente à pergunta do IMI e a forma como estava inscrito, crê que a proposta é exatamente a mesma no sentido daquilo que são as diferenciações positivas e negativas relativamente à parte do IMI. Foi nessa convicção que foi aprovada em sessão de câmara relativamente aos 30% de majorações, neste caso nas intervenções de prédios rústicos que estejam abandonados área do regadio, foi nessa convicção que foi

aprovado o nosso orçamento. Sobre as famílias mais numerosas o princípio da legislação é o princípio que nós assumimos por inteiro, por isso também não entende sequer a questão colocada porque nós assumimos que ao abrigo do decreto que prevê essa questão que tem as três situações e só se baseou na leitura dos dados do ano passado, em que não aparecia nenhum agregado, com mais de 3 filhos que possa ter acesso a essa diferenciação.

Presidente da Câmara - Tendo sido aprovada a proposta na convicção que mencionou, na sessão de câmara e se há algum lapso no documento ou no quadro, estando ele próprio aqui enquanto representante da entidade que remeteu a proposta à assembleia dizer o que foi aprovado em sessão de câmara relativamente ao órgão a Assembleia Municipal, referir que, de facto, esta questão é exatamente aquilo que foi aprovado na sessão de câmara e se há algum lapso nos quadros, é um lapso do ponto de vista do que não foi deliberado nem decidido e que, por isso, pode ser corrigido. Trata-se para todas as famílias, como é óbvio, até gostaríamos que houvesse muitas famílias numerosas, não faria sentido que déssemos apoios no IMI para quem tem um filho ou dois e não nesta situação, seria contraditório relativamente ao princípio do que está aprovado, com as discriminações positivas.

Depois das explicações e correções dadas pelo Senhor Presidente da Câmara foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 28 votos a favor e 9 abstenções.

4. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão para o ano 2020” nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Não havendo interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente colocou-o a votação e foi aprovado por maioria com 31 votos a favor e 7 votos contra.

Declaração de voto

José Pina - Disse que a língua portuguesa é traiçoeira e que o título deste documento é participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão para o ano 2020. O voto contra da bancada do Partido Socialista vai pelo facto do resultado ser: município – 5, cidadãos do município - 0. Os cidadãos não têm benefício rigorosamente nenhum.

5. Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento para o ano de 2020 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Rogério Hilário – Nesta proposta é de enaltecer a questão da continuação de todas as empresas não isentas de imposto sobre IRC e que tenham sede social no concelho do Fundão, continuem isentas, pelo que é uma boa política, porque se vamos captar aquilo que serão as derramas que ficariam noutros concelhos, embora as empresas tivessem estabelecimentos e funcionasse no concelho do Fundão, portanto, mais uma vez é nessa perspetiva a clarificação desta circunstância.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

6. Apreciação e votação da Proposta – “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2021” nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Não havendo interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente colocou-o a votação e foi aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal – Sociedade Jenner Renewables, SL” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

José Pina - Já por várias vezes, temos falado aqui daquilo que é o interesse ou não municipal em aprovarmos determinado tipo de propostas que aqui surgem em termos de reconhecimento de interesse municipal de algumas propostas que têm, de facto, umas mais peso do que outras, mas a sua vinda aqui tem a ver com o solicitar ao senhor presidente da câmara, qual o ponto da situação de todos os pedidos de reconhecimento de interesse municipal no presente mandato autárquico. Era bom que a Assembleia Municipal soubesse e já são um conjunto relativamente apreciável de casos aqui votados como sim, mas não temos feedback, não temos qualquer indicação daquilo que, de facto, acontece à posteriori, tem ou não impacto, terá merecido o interesse municipal, será que algumas ficaram pelo caminho, será que algumas foram desenvolvidas.

Presidente da Câmara – A natureza do investimento tem a ver com energias renováveis, mas também gostava de explicar algo que é relevante e também porque se está a aproximar o final desse investimento, que é a nova estação da rede elétrica nacional. Uma das grandes questões dessa nova estação era preparar-nos para sermos um ponto bem mais capacitado, com mais margem para a inserção na rede nacional da REN, de energia renováveis, nomeadamente o posicionamento numa área que é a parte fotovoltaica. Temos a componente biomassa, temos a componente eólica, embora pouco também temos alguma parte também na parte hídrica e faltava-nos um posicionamento forte na parte fotovoltaica e, por isso, os investimentos fotovoltaicos são interessantes para aquilo que é o reforço da valorização, nomeadamente do solo rústico e daquilo que são os seus usos múltiplos. Esperemos que também na parte

legislativa, com a compatibilização dos usos múltiplos do solo, nomeadamente com a componente fotovoltaica é algo que também temos estado a trabalhar, construímos há pouco tempo um protocolo como reforço dos apoios à fileira do queijo, nomeadamente na componente da pastorícia e estas questões das compatibilizações em termos do uso do território do que são painéis fotovoltaicos com outras componentes, vamos chamar de produção mais convencional agrícola, como é óbvio. As avaliações geralmente e muitas vezes dos interesses municipais, normalmente fazem-se a 4, 5 anos, não só deste mandato, a declaração representa que têm um impacto às vezes não só pela sua dimensão, mas pelo posicionamento concelhio, um impacto relevante ou que resolve questões e cria oportunidades, evidentemente haverá de tudo, haverá alguns que estão acima daquilo que era a componente expectável, até em termos do que eram as suas quantificações, a suas dinâmicas e outros que possam não ter atingido esses objetivos. O posicionamento de um concelho amigável e muito forte do ponto de vista da atração para o investidor e que está no radar dos investidores só nos traz benefícios, pelo que agradece que esta assembleia muitas vezes se tenha posicionado pelo interesse da atração desse investidor, ou para a ampliação do investimento que as nossas economias e as nossas empresas familiares, felizmente também vão fazendo no nosso concelho.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 34 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções.

8. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal – José Francisco Ascensão & Filhos, Lda.” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Luis Lourenço – Perguntou se para se conceder esta declaração de interesse municipal as empresas não têm de estar com a situação regularizada relativamente ao fisco porque esta não está.

Presidente da Câmara - Relativamente a todo e qualquer incentivo que possa ter a ver com a declaração de interesse municipal, sim, todos os incentivos podiam estar conectados em termos do que possa ser uma redução de taxas, ou o que for, se tivemos conhecimento que tem qualquer dívida ao fisco é impossível ter as consequências do ponto de vista dos incentivos, recordando que, no nosso regulamento, criámos a figura do interesse municipal como forma de justificar e criar um conjunto de incentivos que pudessem complementar outros, já que temos várias fontes em vários regulamentos. O que aqui acontece neste processo é que estamos a falar de um processo que não é igual a todos os processos de investimento, não tem a ver com uma questão, vamos chamar direta do investimento que nos levou a trazer esta proposta, em primeiro lugar à sessão de câmara e agora na Assembleia Municipal. Estamos aqui a falar de uma questão de ordenamento, problema grave que nós temos em algumas sucatas de algumas empresas que trabalham essas áreas no nosso concelho. É um problema de que estão a fazer e bem, cumprindo a legislação, aquilo que são todos os seus parques devidamente adequados e preparados para evitar as infiltrações, para

ir ao encontro daquilo que é uma ação muito meritória, que é reciclar aquilo que são grandes monstros e outras vertentes metálicas e não só, que é preciso que haja empresas que o faça e felizmente no nosso concelho, como sabem há, sobretudo, na zona entre freguesia de Alcaria, Souto Alto, um conjunto de empresas que há muitos anos se dedicam a algo que é importante. Ainda hoje aqui falámos em economia circulares, não há economia circular se não houver empresas que trabalhem nessa parte de recolha e reciclagem, sobretudo de metais de natureza mais pesados. Agora é essencial que elas possam, de facto, também do ponto de vista de ordenamento ser devidamente consagrados nos seus projetos de investimento ou seja, as empresas fazem o seu projeto de investimento para cumprir a legislação, depois temos a parte da CCDR e o município olhando para as questões de ordenamento e só com a declaração de interesse municipal, que é uma prerrogativa da parte do ordenamento, essa questão pode ser resolvida. Entramos aqui também numa decisão tipo circular em que é a entidade que, em primeira linha rompe o círculo vicioso, que é a CCDR pede a declaração de interesse municipal, o município diz que essa empresa para ter a declaração de interesse municipal não tem os seus impostos em dia. As intervenções na empresa já foram executadas de acordo com as ações de fiscalização que a própria CCDR e entidades ambientais fizeram, a empresa já cumpriu, agora não consegue legalizar as ações que foram obrigadas a fazer, nomeadamente aquilo que é a ampliação do seu parque de receção e todos os trabalhos para evitar as questões associadas ao processo das infiltrações ou de lixiviação associadas a esta questões, por isso, este é um processo muito diferente, e se queremos romper esse círculo vicioso temos que de alguma forma pormo-nos do lado de uma empresa que tem muitos anos que faz um trabalho meritório e que, neste momento fez o seu plano de ação e plano de investimentos e que se não tiverem interesse municipal não consegue legalizar o plano de investimentos a que estava obrigada. Assim gostaria de sugerir aos membros da AM, para perceberem a natureza da intervenção e caso seja aprovado, deixaríamos em ata esta questão de percepção no local, de uma visita ao local, para percebermos, tal como fizeram os nossos serviços, a situação. Ou rompemos o círculo vicioso e nunca mais se resolve, com prejuízo para os interesses ambientais do concelho do Fundão ou aprovamos e resolvemos este problema.

Esclarecidas as dúvidas, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação que foi aprovado por maioria com 28 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções.

DECLARAÇÃO DE VOTO:

José Pina - Não querendo naturalmente pôr em causa o mérito da ação da empresa, mas era mais regularizar a situação de dívida ao fisco e estava o assunto arrumado, não podemos é compactuar com isto.

9. Apreciação e votação da Proposta – “Início do procedimento regulamentar do Projeto Cidade Sem Idade – CSI Fundão”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Presidente da Câmara - Este processo ainda voltará à assembleia, e já aqui veio numa formatação, de plano. No âmbito de do período de discussão e informação pública foi considerado que ele deveria ter uma formatação bastante mais regulamentar, com um articulado que se tornasse mais acessível, com a perceção dos objetivos que estavam associados, por isso que vai agora decorrer e um período formal de discussão pública, ou seja este documento vai ter 30 dias de discussão pública, vai entrar nesse processo e consoante as suas alterações ou não voltará à Assembleia Municipal em Fevereiro. Recordou que estamos a falar de um documento interessante, naquilo que é o posicionamento do nosso concelho na área da mobilidade das pessoas, pelo que criámos todo um conjunto de diferenciações e discriminações para as casas que se preparem e os estabelecimentos comerciais que se queiram preparar para um estabelecimento amigo das pessoas com mobilidade mais condicionada, ao nível das componentes de taxas, licenças, também alguns impostos, de forma a dar essa essa cobertura e sobretudo comunicar a partir de uma plataforma que quer a habitação entre na perspetiva da reabilitação, quer nova construção, possa trazer este selo, cobertas por um conjunto de normas mencionadas numa check list, conforme podem verificar no documento anexo.

Aproveitou este momento para informar que se fizeram um conjunto de auscultações com um conjunto de parâmetros relativamente ao que era o funcionamento dos Madeiros de Natal este ano, por razões óbvias, os madeiros são uma questão identitária do que é a forma como entendemos e vivemos o Natal de forma coletiva, partilhada e única, tornam-se únicos naquilo que é, na Beira, sobretudo na Beira Alta e na Beira Baixa, nas nossas Beiras, aquilo que é essa perceção, obviamente, tem que haver regras. Chamou a atenção para a questão da hora, até às 2 da manhã, temos a proibição de bebidas alcoólicas, a agregação máxima de 16 pessoas, a não permanência de muito tempo na parte dos Madeiros. Isto é o possível, mas entre o possível e termos um impedimento total àquilo que nos diz tanto é preferível no possível, de forma civilizada, colaborativa, como Fundão tem conseguido resolver, juntarmo-nos de forma responsável somando individualmente, com a perceção que vamos ter a possibilidade de vivenciar, nem que seja por pouco tempo, esse Madeiros como chama de uma nova esperança.

Guilherme Frexes - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 8**.

Luís Batista – Isto é uma ideia patenteada e sendo patenteada pergunta quais são os custos associados à Câmara do Fundão pela utilização deste conceito. Não tem nada contra, nem o PS não tem nada contra tudo aquilo que está no documento e concordam, sendo necessário cada vez mais este tipo de medidas mas gostavam de ver respondido este pedido de esclarecimento.

João Leitão - Em relação a esta iniciativa apresentou as suas sinceras felicitações por uma iniciativa deste tipo ter a possibilidade de ser implementada num concelho, que é parte de um território de baixa densidade, no entanto, tem aqui algumas sugestões formais que gostaria que fossem considerados. Por exemplo, já ouviu e pode falar na primeira pessoa com algumas formas de direitos de propriedade intelectual, há aqui um risco associado à designação desta proposta que é o CSI Fundão. Talvez a renomeação no sentido de PCSI para não levantar questões do ponto de vista dos direitos de propriedade intelectual, mas, como já disse, ouviu aqui algumas imprecisões de forma e de conteúdo, dificilmente uma ideia desta natureza é patenteada, poderá haver eventualmente alguma designação que esteja registada, mas não convém trazer a um órgão como este esse tipo de suspeição sem efetivamente se dizer qual é o número de patente, o registo, se ela é nacional ou internacional, portanto, não podemos usar em vão esse tipo de terminologia, porque ela não é correta, mas, em termos construtivos, neste caso, porque já teve oportunidade de fazer a pesquisa, sugeriu que isso fosse considerado, não CSI pelas razões óbvias, mas outro tipo de designação. Por outro lado, parece-lhe que este é um exemplo de uma nova geração de políticas públicas que podem ser usadas em espaço urbano, mas que também não devem ignorar as freguesias rurais. Também nesta Assembleia Municipal temos essa responsabilidade coletiva de que contribuímos aqui ao longo do tempo para que diversas zonas especiais de proteção viessem a ser também elas regulamentadas e até publicadas, num jornal, o que acaba por ter força de lei, no caso o Diário da República e, portanto, o que sugeria aqui para terminar a sua breve intervenção era que, no preâmbulo deste regulamento fossem também integradas todas as disposições legais já publicadas e aqui também discutidas e que foram objeto de consulta pública no que diz respeito às zonas especiais de proteção, porque há matrizes identitárias, nomeadamente de algumas aldeias que até fazem parte de redes nacionais de referência, que merecem ser aqui integradas e, por outro lado também estranha que, de alguma forma no preâmbulo limitado deste regulamento não sejam considerados os incentivos aplicáveis à requalificação, designadamente, no centro histórico do Fundão.

Presidente da Câmara - Relativamente à questão se houve algum apoio em termos de consultadoria externa para podermos estar aqui, um apoio destes últimos 5 anos para construirmos este trabalho, é verdade e foi a pessoa que referenciou, são consultores que estão no mercado exatamente para nós percebermos se há ideias, que com a suas devidas correções ou se quisermos com a sua devida aplicação ao caso concreto do Fundão, possa desenvolver-se, mais ainda quando são pessoas que até, felizmente, são do nosso concelho e como tal ainda é mais interessante que boas ideias possam a emergir de personalidades que são do nosso concelho e possam vir a ser aplicadas na sua terra. Estamos a falar de valores muito pequenos, cerca de 4.000 euros, de uma consultadoria muito dentro dum projeto que todos temos interesse que pudesse aqui desenvolver-se porque esse tipo de trabalhos, da construção das diferentes abordagens a este plano que, inicialmente era um pouco diferente, era, de certa forma com uma natureza, mais colocada demasiado de forma imobiliária, não lhe agradou essa linha, mas agradou-lhe muito o conceito, agradou-lhe a questão de uma nova

geração de políticas públicas, vejamos a questão do envelhecimento na comunidade como um contraponto muito relevante relativamente ao envelhecimento na instituição, sendo nesta abordagem, achamos que a ideia tinha algumas vertentes que nos podiam ser úteis adaptadas àquilo que é a realidade do nosso concelho. Temos esses ditos direitos de utilização, estamos a falar de uma coisa que é uma marca não uma patente, que foi negociada com o próprio, também integrada nos valores que acabou de referenciar e no apoio em termos de consultadoria para este para este processo. A questão de em vez de fomentarmos uma ideia de espécie de resorts se quisermos, aquilo que hoje se fala muito nas residências seniores para segmentos médio altos e aproveitarmos toda a sinergia dos processos de reabilitação urbana e aquilo que possa ser um condicionamento, dando o exemplo muito simples, que o município é natural que possa colocar em hasta pública alguns terrenos que possam ser loteadas pelo que também vai ser natural que o município coloque como condição do ponto vista da hasta pública que uma parte ou a totalidade dessas casas tenha que efetivamente corresponder à check list do que é uma casa dita de nova geração acessível, porque considera isso relevante, não só para a nossa população residente, por isso é que fala também de reabilitação, em primeira linha, mas também haverá sítios bem mais inóspitos e muito menos afetivos do que envelhecer no âmbito das diferentes comunidades que o Fundão e a suas freguesias representam e este posicionamento é interessante porque pode, a médio longo prazo, trazer também dividendos do ponto de vista de acelerar os processos de uma nova geração de habitação e da reabilitação com um fim. Não é fácil construir projetos que criam valor em zonas de muito pouca densidade, porque às vezes muita gente se espanta, porque é que no Fundão somos de alguma forma reconhecidos pela nossa capacidade de inovar, de ouvir quem inova, estar abertos à inovação e às ideias que vêm dos outros, não só as nossas. Abrirmos às ideias de outros, não há mal nenhum nisso, muito pelo contrário. A questão é que nós não só temos construir muitas vezes o programa, o projeto, numa perspetiva do que é a no caso uma habitação, o caso de um comércio, o caso da reabilitação, o caso de um centro de apoio ou de acolhimento de empresas. Não custa criar como alguém aqui referiu, betão, o que custe é construir complementarmente ou ter uma atitude pró-ativa na construção do próximo mercado e do posicionamento para esse mercado, para esses diferentes nichos para atrair o valor e às vezes até o próprio cliente, isso é que custa muito, sobretudo em zonas de baixa densidade. A habilidade de conseguirmos fazer isso é algo que nos satisfaz muito, podemos ter defeitos e teremos seguramente, podemos ter coisas que não correm tão bem, mas temos algum mérito nessa forma de ver os projetos e de os linkar de forma a que eles possam dar resultados. O mais fácil é construir betão, mas construir betão sem objetivo e sem a construção para que aquele serve para os fins a criação de valor social e económico, não é a nossa linha de trabalho e crê que este também é um projeto que se insere perfeitamente no que são as prioridades e a forma de entendimento desse processo.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado com 32 votos a favor e 5 abstenções.

DECLARAÇÃO DE VOTO:

Luís Lourenço - Votámos a favor do início do procedimento regulamentar do projeto em discussão, reservamo-nos no direito de votar favorável ou desfavoravelmente o resultado final e desagradamo-nos a ideia de externalização de soluções que devem ser feitas e assumidas pelo município.

Para Conhecimento

10. Apreciação da Proposta – “Atribuição de apoio financeiro – Santa Casa da Misericórdia do Fundão”

Não houve intervenções sobre este assunto.

11. Apreciação da Proposta - Ratificação de Despacho – isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excecionalmente no âmbito da pandemia da doença COVID-19;

Não houve intervenções sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Mesa terminou a sessão da assembleia desejando a todos umas Boas festas e que o ano 2021 seja um bocadinho mais normal do que o que estamos a ultimar, agradecendo também, em nome de todos, a oferta que a Câmara Municipal está a distribuir e que, de alguma forma compensa o jantar que infelizmente, não pudemos ter com os trabalhadores neste dia.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.15 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

VOTAÇÕES

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2021” nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de

setembro – Aprovada por maioria com 29 votos a favor, 8 votos contra dos membros José Pina, Luís Batista, Marina Nascimento, Mariana Morgadinho, Juvenal Castanheira, Leonor Lopes, Ricardo Gaspar e Vítor Félix e 4 abstenções dos membros Luís Lourenço, Guilherme Frexes, Cristina Guedes e Vítor Félix.

3. Apreciação e votação da Proposta - “**Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2021**”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por maioria** com 28 votos a favor e 9 abstenções dos membros José Pina, Luís Batista, Marina Nascimento, Juvenal Castanheira, Leonor Lopes, Ricardo Gaspar, Luís Lourenço, Guilherme Frexes, Cristina Guedes.

4. Apreciação e votação da Proposta – “**Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão para o ano 2020**” nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por maioria** com 31 votos a favor e 7 votos contra dos membros José Pina, Luís Batista, Marina Nascimento, Mariana Morgadinho, Juvenal Castanheira, Leonor Lopes e Cristina Guedes.

5. Apreciação e votação da Proposta – “**Lançamento para o ano de 2020 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)**”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por unanimidade**

6. Apreciação e votação da Proposta – “**Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2021**” nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro - **Aprovada por unanimidade**

7. Apreciação e votação da Proposta – “**Reconhecimento de Interesse Municipal – Sociedade Jenner Renewables, SL**” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por maioria** com 34 votos a favor, 1 voto contra do membro Cristina Guedes e 2 abstenções dos membros Luís Lourenço, Guilherme Frexes.

8. Apreciação e votação da Proposta – “**Reconhecimento de Interesse Municipal – José Francisco Ascensão & Filhos, Lda.**” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - **Aprovada por maioria** com 28 votos a favor, 7 votos contra dos membros José Pina, Luís Batista, Marina Nascimento, Mariana Morgadinho, Juvenal Castanheira, Leonor Lopes e Cristina Guedes.



9. Apreciação e votação da Proposta – “**Início do procedimento regulamentar do Projeto Cidade Sem Idade – CSI Fundão**”, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº

75/2013, de 12 de setembro - **Aprovada por maioria** com 32 votos a favor, 5 abstenções dos membros José Pina, Marina Nascimento, Mariana Morgadinho, Leonor Lopes e Ricardo Gaspar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PROPOSTA DE VOTO DE PESAR

Amexo 1
Alfonso
por unanimidade

2020/12/18


Foi com surpresa e consternação que recebemos a notícia do falecimento, do Senhor professor, **João de Matos Paiva**, no dia 15 de novembro de 2020. Nascido em 24 de outubro de 1947, era natural de Santa Maria, Concelho de Manteigas e tinha residência permanente até à data da morte, no Sítio das Amoreiras, freguesia de Alcaria.

Docente do 1º Ciclo do Ensino Básico, foi em Alcaria que durante vários anos, exerceu a sua actividade profissional de forma exemplar e com dedicação e todos os que tiveram o privilégio de aprender com o professor Paiva, guardarão nas suas melhores memórias, reconhecimento e sentimentos de gratidão pelo saber e experiência de vida partilhados.

Com o objectivo de contribuir para reverter o grave problema do insucesso Escolar, integrou o **Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Escolar do Concelho do Fundão (PIPSE)**, a gerir a aplicação local dos meios afectados à implementação das acções abrangidas por este programa, sob orientação do Conselho coordenador e a definir as acções de intervenção concelhia a desenvolver em zonas prioritárias.

Com espírito de voluntariado, sacrifício, generosidade e abnegação, disponibilizou-se para o desempenho de uma missão Pública, pertencendo aos Órgãos Sociais da **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão**.

Como **Autarca** iniciou a sua actividade como membro da **Assembleia de Freguesia de Alcaria**. Nos mandatos de 1993-1997 e 1997-2001, foi membro da **Assembleia Municipal do Fundão**, onde exerceu as funções de 1º



Handwritten signature or mark in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PROPOSTA DE VOTO DE PESAR

secretário, onde importa realçar a forma empenhada, dedicada e extremamente profissional com que desempenhou essas funções.

Pela sua postura e conduta ao longo da sua vida de carisma, inteligência e dedicação à causa Pública e pela forma como se relacionava com os seus concidadãos, cultivou o respeito e amizade daqueles com quem se relacionou e por todos será recordado, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal do Fundão, reunida em sessão ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2020, delibere:

- a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor João de Matos Paiva, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
- b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar;



Apeçoado por
unanimidade, com
a proposta de
aceleração do CDU, e
fazer;

hate embora o subfinanciamento a que estão sujeitos o Serviço Nacional de Saúde nos últimos tempos.

VOTO DE LOUVOR

Considerando:

Que a 11 de março de 2020, foi declarada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a situação de Pandemia causada pelo Vírus SARS-CoV-2 – COVID-19;

ac
2020/12/18
que

Que este voto de louvor é para os profissionais de saúde, para os agentes da proteção civil e para as instituições particulares de solidariedade social, que continuam a prestar todo o apoio neste tempo de pandemia, contribuindo para a mitigação da propagação da doença, para garantir maior normalidade possível à nossa vida quotidiana;

Que os profissionais de saúde se têm empenhado, dedicado, esforçado no desempenho das suas funções nas unidades de saúde, colocando diariamente em risco a sua saúde para salvar a vida de outros concidadãos, alterando as suas rotinas pessoais, prejudicando o seu conforto e a sua vida familiar;

Que os que estiveram e continuam a estar disponíveis e empenhados em proteger o país e os cidadãos, merecem o nosso agradecimento e gratidão;

O elevado grau cívico e a determinação demonstrados pelos fundanenses nesta pandemia de Covid 19, em prol da saúde da comunidade, nomeadamente, pelo comportamento de respeito pelas medidas de proteção individual emanadas pela DGS (Direção Geral da Saúde) e pelo Município;

Que se pretende reiterar agradecimento, a todos, os que nestes tempos difíceis e de desafios, trabalham para salvar vidas e vencer esta batalha que se continuará a travar, nomeadamente,



- **Aos Profissionais de Saúde;**
- **Aos Agentes da Proteção Civil;**
- **Às Instituições Particulares de Solidariedade Social;**
- **A todos os Fundanenses;**

Nestes termos,

proponho, a aprovação pela Assembleia Municipal do Fundão, do presente Voto de Louvor, a todos os profissionais na linha da frente do combate à pandemia Covid – 19 supra referidos e aos Fundanenses.

Mais delibera dar conhecimento deste voto de louvor:

- **À Autoridade de Saúde do Fundão;**
- **Ao Centro Hospitalar da Cova da Beira;**
- **À Câmara Municipal do Fundão e Juntas de Freguesia;**
- **Às Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho;**
- **Aos Bombeiros Voluntários do Fundão;**
- **À Guarda Nacional Republicana;**
- **Ao INEM;**
- **À Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão.**

Fundão, 18 de Dezembro de 2020.

Grupo Municipal do PSD

Declaração Política: Análise às Contas Regionais e Exigências de Investimento

Esta declaração versa a temática da valorização (ou falta dela) do Interior e dos territórios de baixa densidade. Assim, tendo como referência a informação divulgada no documento do Instituto Nacional de Estatística (INE), intitulado: 'Contas Regionais – Base 2016 – Dados de 2018 e 2019 Provisório'; a motivação genuína desta declaração política, concretizada em nome dos(as) Deputados(as) municipais eleito(as) pelo Partido Social Democrata do Fundão, é a de sublinhar o falhanço rotundo das políticas públicas de valorização do Interior, o qual evidencia, na segunda metade da primeira Década do Século XXI, uma inaceitável desvalorização, divergência territorial e falta de coesão económica e social, relativamente à referência nacional padrão, ou seja, a Área Metropolitana de Lisboa.

A saída da presença pública caracterizada por uma desalavancagem de investimento público, verificável não só nos diversos subsectores da administração pública, com especial destaque, para a saúde, a educação, a ciência e o apoio social, mas também na falta de reforço da capacidade de competição e inovação do tecido empresarial, incluindo as nossas empresas estabelecidas e as nascentes, e na suspensão, por tempo indeterminado, dos elevadores sociais das nossas pessoas e famílias, retratam uma visão miópica de crescimento, concentrada nas áreas de maior densidade populacional e de capital, de Portugal.

Urge recuperar e aprofundar o estatuto de territórios de baixa densidade, discutido e criado por intermédio de uma iniciativa legislativa de um Governo Nacional liderado pelo Partido Social Democrata, vulgo, o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, no âmbito do qual se reconhecia, nomeadamente, o papel determinante dos municípios na territorialização das políticas públicas que são objeto de apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), preconizando-se um importante envolvimento das autoridades locais no processo de desenvolvimento económico e social, quer enquanto beneficiários de fundos públicos, quer nos planos da representação e intervenção institucional, nas missões de acompanhamento e monitorização estratégica. Ao mesmo tempo, estabelecendo que:

- Uma contratualização de resultados, de forma transversal aos agentes do sistema, a saber, as autoridades de gestão, os organismos intermédios e os beneficiários, iria permitir não apenas a consagração de financiamentos proporcionais à superação dos resultados contratados, mas também a penalização por incumprimento, total ou parcial de resultados; e

- Uma retenção de 6 % do montante de fundos disponíveis para constituir uma reserva de desempenho, que implicasse a reafectação de fundos entre os diferentes programas operacionais (PO), a nível nacional, de acordo com uma avaliação de desempenho, que deveria ter sido realizada em 2019, portanto, antes da crise pandémica, que permitisse ponderar os respetivos indicadores de resultado.

Em seguida, como passaremos a ver com estatísticas cruas e demonstrativas, é insuficiente ter procedido à retificação da lista de classificação de territórios de baixa densidade, e ter optado pela criação de múltiplas comissões especializadas, que apenas contribuíram para a continuidade da concentração dos esforços de investimento nos territórios mais “litoralizados” de Portugal, através da Deliberação n.º 83/2015, do Conselho Interministerial DE coordenação Portugal 2020, para efeitos de aplicação potencial de medidas de diferenciação positiva dos territórios, comprometendo, indelevelmente, uma maior execução com majoração e discriminação positiva dos projetos com origem nos territórios de baixa densidade.

Fazendo fé dos resultados provisórios das Contas Regionais de 2019, destinados, numa primeira análise, aos adeptos cegos dos números agregados do crescimento, todas as regiões registaram crescimentos do PIB, em termos reais, tendo a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve (ambas com 2,6%), a Região Autónoma dos Açores (2,4%) e o Centro (2,3%), crescido acima da média nacional (2,2%). No Norte, o crescimento foi idêntico ao do país e verificaram-se variações inferiores na Região Autónoma da Madeira e no Alentejo (0,8% e 0,6%, respetivamente).

Numa segunda análise, esta destinada aos ouvintes, verdadeiramente, preocupados com as questões que se prendem com a avaliação neutra das bases regionais para um crescimento sustentável, a história contada, começa a mudar de figura, na medida em que, os resultados finais de 2018 revelaram que as assimetrias do PIB per capita entre as vinte e cinco regiões atingem a sua expressão máxima na comparação da Área

Metropolitana de Lisboa (129,9) com a do Tâmega e Sousa (60,8), com um diferencial absoluto de 69,1 pontos percentuais (p.p.).

Esclarecer ainda que, para o crescimento do PIB real na Área Metropolitana de Lisboa, no Algarve e na Região Autónoma dos Açores contribuíram significativamente os serviços ligados ao Turismo, no período pré-crise pandémica, nomeadamente, os ramos do comércio, transportes e alojamento e restauração, atividades com relevância significativa na estrutura produtiva daquelas regiões, que registaram aumentos do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em volume, de 4,8%, 3,7% e 6,5%, respetivamente. A evolução do PIB da região Norte foi idêntica à do país, apesar do decréscimo (-0,7%) registado no VAB do ramo da indústria e energia, principal atividade na região.

Quando se passa para o plano da análise da coesão regional, o mapa de Portugal passa a ser representado por uma imagem fortemente distorcida que, esvazia o nosso território da importância e valor intrínsecos às suas pessoas, famílias, empresas e instituições. Veja-se, ao nível das regiões NUTS III, a região do Alentejo foi a que evidenciou maior disparidade regional, com um diferencial de 49,7 p.p., embora tenha diminuído face a 2017, entre o Alentejo Litoral (127,4) e o Alto Alentejo (77,7). A região Norte apresenta uma disparidade regional significativamente inferior à do Alentejo, com um diferencial de 35,3 p.p. entre o maior e o menor índices observados, respetivamente na Área Metropolitana do Porto (96,1) e no Tâmega e Sousa (60,8). A última nota estatística, mas não menos importante, a região Centro evidenciou uma disparidade regional de 30,6 p.p., inferior à da região Norte, correspondente à diferença entre os índices da Região de Aveiro (99,0) e das Beiras e Serra da Estrela (68,4).

A evidência do desempenho do território das Beiras e Serra da Estrela, onde se integra o Município do Fundão, coloca-nos, precisamente, no último lugar, ou se quiserem ver, em termos invertidos, no primeiro lugar, dos territórios de baixa densidade que mais se afastam do padrão nacional: a Área Metropolitana de Lisboa (129,9); ou do padrão regional: Aveiro (99,0); que, apesar de tudo, se situa abaixo do padrão 100, a referência, para os Índices de Disparidade Regional do PIB per capita, por NUTS III – 2018 (Portugal=100), aqui escalpelizados, por via do falhanço rotundo das políticas públicas de coesão territorial e de (des)valorização do Interior.

Nesta linha de raciocínio, concluo esta declaração política, contando com a solidariedade da totalidade dos(as) Deputados(as) eleitos(as) da Assembleia Municipal do Fundão, para exigir junto dos órgãos executivos, ao nível nacional, regional e intermunicipal, a concretização urgente do seguinte caderno reivindicativo de encargos:

- (1) Implementar um pacote de diferenciação fiscal nacional, com aplicação de impostos negativos, incluindo IRS (pessoas e famílias), IRC (*start-ups* e empresas nacionais e internacionais estabelecidas ou a estabelecer) e outros impostos indiretos, que possam ser usados pelos territórios de baixa densidade para aumentar a coesão regional e o desenvolvimento sustentável de base regional e municipal, com base no fomento da transferência de tecnologia, inovação, do apoio social, do emprego qualificante e qualificado, e das exportações;
- (2) Assumir um compromisso de investimento público na Região NUTS III das Beiras e Serra da Estrela, no horizonte temporal 2020-2030, sob a forma de projetos de interesse estratégico nacional e regional, para o reforço da coesão regional e social, tais como: (i) instalação de três novas multinacionais ligadas às áreas de especialização do território: novas tecnologias e inteligência artificial; agroindústria; e saúde e bem-estar; (ii) rede integrada de regadios, bacias hidrográficas, recursos hídricos e fluviais, e paisagens protegidas; (iii) centro de investigação Europeu, do tipo *EU Science Hub, Joint Research Center (JRC)*, em áreas multidisciplinares a definir pelas instituições de ensino superior universitárias e politécnicas da região; (iv) ampliação da capacidade do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, EPE, com foco na investigação clínica e *medical devices*; e (v) instalação de um centro internacional de investigação, prototipagem e cuidados de doenças degenerativas.
- (3) Abolir as portagens nas SCUTs da Beira Interior, luta de que não abdicaremos e relativamente à qual iremos apresentar uma moção para discussão e votação por esta Assembleia, que muito nos honra integrar, em prol dos genuínos interesses que nos unem às pessoas e famílias do Fundão.

João Leitão

Deputado do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

Assembleia Municipal do Fundão

18 de dezembro, 2020

2021 é um ano em que a saúde dos Portugueses vai estar em foco tanto quanto este ano que está (felizmente) a acabar. A pandemia do COVID-19 colocou a descoberto os efeitos do subfinanciamento crónico do nosso SNS, obrigando a adiamentos de consultas, cirurgias e exames. Aproveitando-se destas dificuldades que subsistem no SNS, fruto de uma política de negligência não ingénua, os adversários do serviço público exploram sentimentos genuínos das populações de ver garantido o direito à saúde a todos, para afirmarem que o melhor é entregar aos grupos privados da saúde a recuperação dos atrasos, garantindo assim a drenagem de centenas de milhões de euros do orçamento do SNS para estes grupos.

No Fundão, a saúde também vai estar em foco, mas esperemos que não pelos piores motivos. Este orçamento espelha as opções do executivo em se substituir às competências do estado central no que a saúde diz respeito, mas escolhemos aqui destacar dois projectos: A medicina nuclear e a construção da nova USF.

Quanto á medicina nuclear, apesar de já se saberem mais os contornos do funcionamento da unidade, resta saber que garantias tem os fundanenses. O mesmo estado central que ignorou a necessidade da sua construção, será o mesmo que poderá subfinanciar a unidade, tornando-a num 'elefante branco'. Que garantias temos, que após a chave na mão, haverá um compromisso de manutenção e um projecto efectivo para a unidade, para que não sejam os fundanenses a pagar do seu orçamento local ano após ano, algo a que deveriam ter por direito.

Em relação á formação de uma USF no nosso concelho, é preciso levantar varias questões. Porque faz o concelho o investimento para a instalação física da unidade? Quantos médicos vão formar a nova USF? Haverá encerramento de extensões de saúde para permitir a formação da USF como já aconteceu em outros casos? Fazemos estas perguntas ao presidente de camara e não a outras entidades já que a camara, com este orçamento, se assume como a delegação fundanense do ministério de saúde.

Disse



Aparado

26 votos a favor Amexo 5

6 votos contra

4 abstenções

2020/12/18

MOÇÃO

Pela abolição das portagens na A23

Considerando que:

1. A autoestrada A23 serve o Interior do país interligando regiões com um PIB per capita inferior à média nacional e onde não existem alternativas viáveis em termos de mobilidade, sejam rodoviárias ou outras;
2. A não cobrança de portagens na A23 justifica-se por essas razões mas também pela necessidade de promover a coesão territorial e a equidade entre os cidadãos;
3. As portagens da A23 são um dos grandes entraves ao reforço da competitividade destes territórios, esforço que tem mobilizado cidadãos, instituições e empresas, e que tem na mobilidade um dos fatores críticos e decisivos;
4. A região sempre se mobilizou para combater a introdução de portagens na A23, por as considerar injustificadas, injustas e um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento destes territórios;
5. Desde que as portagens foram introduzidas, foram diversas as manifestações de repúdio por parte das populações, totalmente convergentes numa única opinião: a da abolição das portagens;
6. Cabe aos eleitos representar as suas populações, resultando daí a sua legitimidade;
7. Por iniciativa do PSD, com o apoio da CDU, BE, CDS-PP, Livre e Chega, a Assembleia da República aprovou em Novembro a redução em 50% do valor das portagens na A23.

A Assembleia Municipal do Fundão, reunida em 18 de dezembro, delibera:

1. Congratular-se com a aprovação da proposta apresentada pelo PSD na Assembleia da República saudando todos os partidos e deputados que votaram a favor: do PSD, do BE e do PCP-PEV;
2. Saudar todos quantos se têm mobilizado na luta pela abolição das portagens na A23, nomeadamente a Plataforma P'la Reposição das SCUT;
3. Lamentar que nem todos os deputados eleitos para servir esta região tenham estado ao lado das populações que os elegeram, preferindo votar contra uma ambição unanime das pessoas, para estar ao lado do Partido;



4. Apesar dos descontos já alcançados, transmitir ao Governo a determinação desta Assembleia, em continuar a reivindicar a abolição das portagens em todos os troços da A23.

Mais delibera dar conhecimento do teor desta moção:

Ao Senhor Presidente da República

Ao Senhor Primeiro-Ministro

Ao Senhor Ministro das Infra-estruturas

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República

Aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República

À Plataforma P'la Reposição das SCUT na A23 e A25

Fundão, 18 de Dezembro de 2020

 **Grupo Municipal do PSD**



Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Membros da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Comunicação social
Staff de apoio à AM
Senhoras e Senhores

Manda a Lei e o Regimento que em todas as reuniões da AM seja obrigatória a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos relativo à Informação do Presidente da CMF. Coisa que não é de menor importância para quem foi eleito, designadamente com a função de acompanhamento e fiscalização da atividade municipal.

Sabe esta Assembleia e o Sr. Presidente que muitas têm sido as vezes que desta tribuna tenho reclamado mais e melhor informação. Mas será que fui realmente ouvido? Será que chegados bem perto do último ano do mandato o documento informa e esclarece de forma devida e suficiente?

Vejamos, então!

- 1- A informação tem sido enviada **em devido tempo** e o seu conteúdo é **simples**, sem sofisticções desnecessárias. Positivo!
- 2- A informação não é suficientemente **precisa** e conseqüentemente **confiável**. Negativo!
- 3- A informação é **extensa**, mas não suficientemente **completa**. Negativo!
- 4- A informação é claramente **relevante** ou, antes, na maioria das vezes pouco mais é do que uma mera listagem de presença em reuniões, sem que se dê a conhecer a agenda e as decisões tomadas.
- 5- E, ainda, será que a informação é **coerente e verificável**? Digamos que é por vezes, mas nem sempre.

Exemplificando:

É referido nas páginas 43 e 44 o nº de visitas a determinadas casas e lugares do Sentir. Casa da Poesia: 76 visitas; Casa das Memórias: 24 visitas, etc.

Como se avançam estes nºs para o período de 3 meses (Out-Dez) e em pandemia?

Porque não se identifica qual foi o tipo dos visitantes?

Será mesmo que com esta informação se consegue avaliar a estratégia de gestão seguida nestas casas? Claro que não!

Finalmente, e a informação que falta?

Em mais de 60 páginas não havia lugar para 2 ou 3 linhas sobre a Central de Biomassa?

Ou será que este é um assunto que interessa aos fundanenses, mas não à maioria que nos governa?

Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Membros da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Comunicação social
Staff de apoio à AM
Senhoras e Senhores

Uma abordagem e análise adequada a este documento, com a importância que tem para a vida dos munícipes, exigiria muito mais tempo do que aquele que o regulamento desta Assembleia destina ao grupo municipal da CDU, por isso procuraremos ser breves sabendo que não podemos ser exaustivos.

Genericamente podemos dizer que o que mais se destaca é que este documento está condicionado, negativamente, pelos constrangimentos decorrentes da difícil situação financeira a que o município chegou em função de opções de gestão desta maioria, tomadas há uns anos atrás.

Nestas circunstâncias é urgente que se seja criterioso se façam as opções adequadas. Desafortunadamente não é essa a solução. Do estudo dos projetos propostos, não se vislumbra que, por detrás das opções, haja qualquer análise das necessidades fundamentais e dos problemas mais prementes do concelho a que seja necessário dar resposta.

É facto que estamos longe dos orçamentos hiperinflacionados de antigamente, onde cabiam todas as promessas. É uma boa prática dos últimos anos que se mantém e saudamos. Apesar disso, parece que não se consegue fugir à tentação de incluir itens que que mais não são do que promessas. As eleições estão à vista e deste orçamento emana já um suave (intenso) perfume eleitoralista. De facto, olhando para as GOP é possível identificar dúzia e meia de projetos, sem qualquer financiamento definido para 2021. E estou apenas a falar daqueles cuja fonte de financiamento é exclusivamente RP. Exemplos: “Casa Amália Rodrigues”, Cuidados Continuados de Saúde Mental”, “Unidade de saúde familiar”, “Estratégia de recuperação ambiental do rio”, “transporte flexível” ou “centro intermodal rododiferroviário”.

Neste momento, esta AM apenas pode aprovar (ou não) o documento que nos é apresentado. Mas, às sugestões apresentadas em devido tempo *A CMF faz ouvidos de mercador*. Ou seja, mostra-se indiferente ou surda face às observações pertinentes feitas em reunião e em documento enviado pelo PCP no âmbito do exercício do Estatuto do Direito de Oposição. Ao que parece de nada vale o reconhecimento do Presidente que as verbas do cartão social municipal são insuficientes e das transferências para as freguesias deveriam ser atualizadas. Isto porque entre a proposta e a versão final do Plano e do Orçamento nada mudou e tudo ficou na mesma.

Sobre as verbas a transferir para as freguesias convém esclarecer que o documento é no mínimo, pouco esclarecedor. O mapa que nos é apresentado até pode dar ideia de uma atitude benemérita da CMF. Porém, para além da excecionalidade do reforço COVID (que é pontual e quem sabe se insuficiente para as necessidades -esperemos que não) nada traz de novo. As novas competências (aprovadas em junho) são o inevitável, se há competências delegadas, há que haver meios. E já agora, as que foram aprovadas em dezembro de 2019 (DL n.º 57/2019)? E as competências delegadas assinadas em 2015 (constantanes no mapa aprovado em junho)? Seja como for tudo isto são competências assumidas que requerem os meios próprios. Onde é que estão? Mas, o fundamental é a primeira coluna (2021) que deveria seguir critérios muito claros de distribuição (área 50%, pop 20%, área urbana 20% anexas 10%) que nunca foram cumpridos. E existia a promessa de correção (através de aumentos) até ao final do mandato. Nada feito, mantém-se exatamente igual a 2020.

Para concluir, este não é o nosso orçamento, estas não são as nossas opções. Infelizmente o nosso concelho continua a ter problemas estruturais ao nível de transportes, vias de comunicação, serviços básicos que urge atacar. O que faz? Transfere a distribuição de água e saneamento a privados. Cede transportes à CIM. Não dá as respostas necessárias no âmbito das suas competências. Depois, com poucos recursos, pretende assumir responsabilidades que são do poder central. Com a agravante de alguns deles assumirem o caráter de **investimento público em edifícios privados - solução, no mínimo ambígua, e sempre problemática**. Depois da Medicina Nuclear, propõe-se agora fazer obras para instalar uma Unidade de Saúde familiar no terceiro piso do antigo edifício do Hospital, propriedade da SCM. Em jeito de parêntesis - Se há serviço que justifique ser instalado no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO
18 DE DEZEMBRO DE 2020
GRUPO MUNICIPAL DA CDU

antigo edifício é a Consulta Aberta e não esta nova invenção meramente gestonária. A haver falta de espaço no edifício do Centro de Saúde, então que se liberte a área da Consulte Aberta para a Saúde Familiar, e que a Consulta Aberta regresse ao antigo edifício junto do Hospital. Não temos dúvidas que os fundanenses agradecem.

Como disse são opções, opções que não perfilhamos

Fundão, 18 de dezembro de 2020

Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício
Srs Membros da Mesa
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Membros da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs Membros da Comunicação social
Staff de apoio à AM
Senhoras e Senhores

Este documento é um projeto de regulamento para atribuir aos comerciantes, restaurantes, entidades prestadoras de serviços e senhorios o “selo” CSI-Fundão. As vantagens deste selo são fiscais, redução de 25% de taxas diversas (não especificadas) e apoios (não especificados) à implementação das necessárias mudanças.

E o que é o projeto CSI-Fundão?

Consideramos ser uma boa iniciativa com alguns objetivos obscuros. Transformar uma cidade num local mais aprazível para a terceira idade deveria ser um desígnio de todos, com ou sem selo CSI. No entanto este projeto tem claramente como alvo uma terceira idade com meios financeiros muito acima da média. O documento menciona duas vezes que os preços dos serviços a prestar devem ser acessíveis, mas tememos que seja um acessível muito alto já que um dos objetivos do projeto declarados é “chamar” emigrantes reformados e estrangeiros.

Outra questão a colocar é se o Município pagou esta ideia a alguém. Em 2009 Correia de Sá (o mesmo empresário que agora está envolvido no projecto fundanense) quis vender este projeto às Caldas da Rainha, aparentemente sem sucesso. Conforme notícia na Gazeta das Caldas:

‘Correia de Sá é gestor de profissão e foi administrador da Secla. Tem ligações ao BES Saúde e ao grupo Mello, que, como é público, têm projectos na área do turismo e da saúde para a terceira idade.’ ‘A cidade sem idade trata-se de uma ideia que está patenteada pelo próprio e pelo advogado caldense Ricardo Lacerda Dias’.

Ou seja será que o coordenador mencionado como necessário ao projeto é exterior à câmara e pago? Caso seja este o caso, não faz sentido algum, podia-se implementar tudo e mais ainda, sem alimentar especuladores, bastava mudar o nome à ideia.

Citando a gazeta das caldas mais uma vez:

‘Correia de Sá foi mais persistente e chegou agora à fala com o executivo. Reserva-se o direito, contudo, de “vender” a ideia a outras cidades se Caldas não aceitar.’

Parece que as Caldas não comprou, veio então vender ao Fundão.